

Revoluções burguesas

Modesto Florenzano



tudo é história

7/2000

1981
030459

brasiliense

Modesto Florenzano

AS REVOLUÇÕES BURGUESAS

[Handwritten signature]
181

909
F 633 r

brasiliense		UNIVERSIDADE FEDERAL DO
		RIO DE JANEIRO
		B C C 1981
30.137	X	16.02.00

Copyright © Modesto Florenzano

Capa:

123 (antigo 27)

Artistas Gráficos

Foto de capa:

Carlos Amaro

Revisão:

José E. Andrade



editora brasiliense s.a.

01042 – rua barão de itapetininga, 93

são paulo – brasil

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
<i>A Revolução Francesa (1789-1799)</i>	15
<i>A Revolução Inglesa (1640-1660)</i>	67
<i>Conclusão</i>	117
<i>Indicações para Leitura</i>	119

[Handwritten signature]



INTRODUÇÃO

I

Quando se examinam as revoluções burguesas, sejam elas quais forem, uma das coisas que nos surpreendem é o comportamento pouco revolucionário da burguesia, não só durante o processo revolucionário, como antes também. Tomemos como exemplo as revoluções inglesa de 1640 e francesa de 1789, que são as revoluções burguesas mais importantes pelas idéias que produziram e que serão analisadas neste ensaio. Ao estudá-las verificamos não só que elas não começaram pelas mãos da burguesia, como seria lógico supor, mas também que, nos momentos cruciais de seu desenvolvimento, não foi a burguesia a classe que conduziu o processo revolucionário à vitória. Se estas constatações são, naturalmente, insuficientes para negar à burguesia sua condição de classe historicamente revolucionária, nos permitem, entretanto,

chamar a atenção para o caráter contraditório desta condição.

A perspectiva teórica aqui utilizada postula que toda classe revolucionária, como a burguesia e o proletariado, são revolucionárias porque são capazes de elaborar e pôr em prática um projeto social novo, isto é, trazem em si a possibilidade de realização de uma nova sociedade. No caso da burguesia, o liberalismo, produzido pelos filósofos iluministas, seria o projeto, e a instauração da sociedade burguesa e capitalista, a realização. Com base nesta premissa e à luz do processo histórico vivido por aquelas duas classes, podemos levantar algumas questões importantes.

O fato de uma classe revolucionária trazer em si a possibilidade de realizar uma nova sociedade não implica em que esta realização esteja automática e inevitavelmente garantida. Se assim fosse, a ação consciente dos homens na história perderia todo sentido, pois seu curso estaria previamente determinado. Por outro lado, para que uma revolução aconteça é necessário que se crie todo um conjunto de circunstâncias excepcionais, numa palavra, que exista uma situação de crise revolucionária. Por sua vez, o aparecimento de uma situação como esta não assegura de antemão que a revolução acontecerá e, caso ocorra, que será vitoriosa. Com o que foi dito podemos nos perguntar duas coisas. Primeiro: se o advento da nova sociedade passa necessariamente pela via da revolução política, qual é o papel, ou melhor, qual é o lugar que a revolução ocupa na pas-

a sagem de um modo de produção a outro? Segundo: dado o comportamento não revolucionário, hoje, da classe operária, sobretudo nos países de capitalismo avançado, a partir desta constatação que hipóteses podem ser formuladas?

A tese defendida aqui é a de que, para a instauração da sociedade capitalista, a burguesia não se comportou e não lutou como uma classe revolucionária na derrubada da antiga ordem. Isto não implica dizer que ela não lutasse para, e não precisasse de, tomar o poder do Estado em suas mãos a fim de realizar suas exigências econômicas, ou seus interesses de classe. Mas significa afirmar que, ao fazê-lo, seu comportamento foi muito mais reformista do que revolucionário. E que, em consequência, a instauração da sociedade capitalista e burguesa deve ser creditada mais aos efeitos decorrentes das forças desencadeadas pela revolução industrial e à ação política revolucionária das classes populares do que à burguesia. Mais precisamente: sua chegada foi o resultado da ação cega e incontrolável das novas forças econômicas às quais, a nível individual, cada burguês estava subordinado e personificava. Neste plano, das condições materiais de existência, a burguesia realizava sua condição de classe revolucionária. Mas a destruição da velha sociedade e a construção da nova também foi o resultado, involuntário em certos casos, como se verá, da ação das classes populares, urbanas e rurais, em suas lutas, tanto para defender suas antigas condições de vida face às transformações em curso, quanto para reivindicar

participação no novo sistema de poder. Nisto reside, pode-se dizer, a contradição acima mencionada.

II

Vejam agora como a expressão “revoluções burguesas” é utilizada pelos historiadores. Esquemáticamente podemos afirmar que estes a usam indistintamente,⁽¹⁾ tanto para designar todos os fenômenos históricos em que uma burguesia foi, se não a protagonista, pelo menos a beneficiária, do processo que abriu caminho ao capitalismo,⁽²⁾ quanto para designar o processo histórico que no Ocidente, entre aproximadamente 1770 e 1850, transformou a sociedade ocidental de aristocrática e feudal em burguesa e capitalista.

No primeiro caso consideram-se como burguesas as seguintes revoluções: a dos Países Baixos (atual Holanda) no século XVI, as da Inglaterra (1640 e 1688) no século XVII, a da França (considerada como a revolução burguesa clássica) no século XVIII, as da Alemanha, Itália e Japão no século XIX e, finalmente, a da China em 1911. Alguns historiadores, em geral marxistas, distinguem dentre as revoluções burguesas aquelas chamadas “ativas” (porque realizadas a partir “de baixo”) daquelas “passivas” (realizadas “pelo alto”). Estas duas possíveis vias ou caminhos históricos que a burguesia empreendeu para chegar ao poder evidenciariam, para muitos historiadores, a possibilidade de se pensar um modelo para as revoluções burguesas. Com

feito, o caminho "ativo" seria aquele verdadeiramente revolucionário e, em consequência, democrático, pois nele a burguesia, ao tomar o poder derrubando o antigo Estado e sua classe dominante (Monarquia Absoluta e aristocracia), cria um novo Estado e assume a direção hegemônica da nova sociedade, a qual consequentemente será liberal e democrática; este é o caso da revolução francesa. Já a via "passiva" ou "pelo alto" seria reacionária, pois aqui a burguesia chega ao poder sem derrubar a classe e o Estado dominantes, mas fazendo um "arranjo" político com elas. Neste caso, a burguesia não assume a direção da sociedade, pois, embora assegure a realização de suas exigências econômicas, as antigas instituições sofrem apenas uma "modernização", sem desaparecerem. Ora, quando se tomam uma a uma as revoluções acima mencionadas, vê-se que todas, com exceção da francesa, foram "passivas", já que em nenhuma a burguesia assumiu de imediato a hegemonia da sociedade. E se a francesa foi a única verdadeiramente revolucionária, isto, como se verá, certamente não se deu pelo fato de a burguesia francesa ter sido diferente das demais, mas a outros fatores. Diga-se desde logo que, mesmo na França, a burguesia só consegue se estabelecer sólida e hegemonicamente no poder depois de 1871, com a Terceira República, tendo que aceitar entre 1799 e 1870 tanto a Restauração (1815-1830) quanto as duas ditaduras bonapartistas (1799-1815 e 1851-1870).

Quanto aos historiadores, liberais sobretudo, que usam a expressão restringindo-a a um período

histórico e a uma área determinada (o Ocidente — Europa e América) entre 1770 e 1850, consideram que todos os numerosos movimentos (revoltas, rebeliões e insurreições) e as revoluções que neles ocorreram não só estão ligados entre si, como exprimem as mesmas causas e características político-ideológicas: são epifenômenos de um mesmo processo, a passagem da sociedade ocidental de aristocrática a burguesa. Procedendo desta maneira, isto é, reduzindo tudo a um denominador comum, acabam esvaziando a verdadeira natureza e o caráter específico próprios a cada revolução. Resultado: as revoluções burguesas anteriores e posteriores ao período referido ficam fora de enquadramento teórico e cronológico, ao mesmo tempo que os movimentos de independência da América passam a assumir uma definição que não possuem, qual seja, a de revoluções burguesas.

Que a época acima deva ser considerada como revolucionária, não há dúvidas. Assim como não há dúvidas de que é por volta de 1830 que a sociedade européia começa a se tornar verdadeiramente burguesa. Mas ela é revolucionária menos pelo número de revoluções que sofreu do que pela natureza das transformações que experimentou. Com efeito, o Ocidente, neste período, sofreu o impacto e os desdobramentos de uma dupla e radical revolução. Dupla porque, no plano econômico, a revolução industrial inglesa, ao revolucionar as condições de produção e de comunicação (maquinofatura e estrada de ferro), permitiu ao capitalismo assegurar sua dominação

sobre as formas de produção anteriores, dando-lhe condições para destruí-las a um prazo não muito longo, não só no Ocidente mas no resto do mundo também; e no plano político, a revolução francesa pôs em prática as revolucionárias idéias baseadas na igualdade (jurídica) e liberdade (econômica e política) e as idéias e a prática, mais revolucionárias ainda, da democracia popular e da justiça e igualdade social.

Chegados a este ponto é oportuno citar aqui o livro do historiador inglês E. J. Hobsbawn, *A Era das Revoluções (1789-1848)*, a respeito da importância e significado da dupla revolução: "Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo".

Como já foi mencionado, neste livro, trataremos apenas de duas revoluções burguesas: a francesa de 1789 e a inglesa de 1640. Ambas são suficientes, dada a sua importância e complexidade, para permitir uma apreciação dos problemas fundamentais presentes no processo histórico que, no Ocidente, levou a burguesia ao poder. A saber: como esta classe se desenvolve no chamado Antigo Regime e por que e em que condições luta pela sua derrubada e consequente instauração de uma nova sociedade.



A REVOLUÇÃO FRANCESA (1789-1799)

A Revolução Francesa não deve ser considerada apenas como uma revolução burguesa. Embora esta tenha sido a ideologia e a sua forma dominante, ela foi o produto da confluência de quatro movimentos distintos: uma revolução aristocrática (1787-1789), uma revolução burguesa (1789-1799), uma revolução camponesa (1789-1793) e uma revolução do proletariado urbano (1792-1794). Também não se deve supor que a revolução tenha começado em 1789, pois neste ano começa a tomada do poder pela burguesia e não o início do processo revolucionário. Este começou dois anos antes, em 1787, com a revolta da aristocracia contra a monarquia absolutista. Foi este fato que criou as condições e a oportunidade para a burguesia tomar o poder. Por outro lado, sem a revolta dos camponeses o regime feudal não teria

sido destruído por completo e sem a contra-revolução da aristocracia que culminou com o apelo à intervenção estrangeira, não teria se desenvolvido a revolução do proletariado urbano. E, finalmente, sem este último, a burguesia não teria resistido à invasão estrangeira e, portanto, permitido que a revolução chegasse a seu termo lógico e historicamente possível.

O Antigo Regime (estrutura e crise)

1) Estrutura sócio-econômica

Na véspera da Revolução, a França apresentava uma estrutura sócio-econômica ainda predominantemente agrária e feudal. Agrária, porque pelo menos 80% da população (estimada em torno de 25 milhões) era camponesa. Feudal, porque a forma pela qual o trabalho era realizado (as técnicas e práticas agrícolas) e a maneira pela qual os senhores se apropriavam do trabalho e do fruto do trabalho produzido pelos camponeses (relações sociais de produção) implicavam na manutenção de usos e costumes (o conjunto das instituições jurídicas), cujas origens remontavam à Idade Média. A nobreza e o clero (os senhores), mais ou menos 3% da população, podiam viver às custas dos camponeses devido à posse e usufruto de direitos feudais e senhoriais. Por isso estavam isentos de todo trabalho produtivo e imunes a

toda tributação; dispunham de leis e tribunais especiais e detinham o monopólio de todas as funções políticas mais importantes. Em suma, o clero e a nobreza constituíam as ordens privilegiadas da sociedade. Este estado de coisas mantinha-se e justificava-se pela concepção feudal, segundo a qual ao clero cabiam as funções religiosas e educacionais e à nobreza as militares e políticas. O trabalho, da terra, da indústria e a prática do comércio cabiam aos plebeus. Os camponeses, os artesãos e a burguesia trabalhavam, pagavam impostos e não gozavam de privilégios. Formavam a terceira ordem ou estado. A sociedade do Antigo Regime era, portanto, uma sociedade organizada em ordens ou estados, também chamados estamentos, juridicamente desiguais entre si, possuindo cada ordem uma condição e estatuto particular. Desta perspectiva, pode-se afirmar com segurança que, muito embora a Idade Média estivesse morta, o feudalismo continuava vivo.

Vivo, mas modificado. Pois, se todo o desenvolvimento do comércio e da manufatura ocorrido desde os fins da Idade Média, estendendo-se por toda a Idade Moderna, tinha dado origem a uma economia mercantil (isto é, a um capitalismo comercial) e a uma burguesia urbana, ambos haviam sido absorvidos e integrados, pela monarquia absolutista, dentro de uma estrutura feudal apenas modificada. Esta integração tinha sido possível porque, ao contrário do que comumente ainda se afirma (sobretudo nos manuais de história), o fim da servidão e o aparecimento de uma economia e burguesia mercantis,

com predomínio do capital comercial, não são incompatíveis com o feudalismo, pelo menos até um certo ponto, isto é, pelo menos enquanto não levam a uma ruptura ou a uma desestruturação nas relações agrárias tradicionais. De modo que, não obstante toda a enorme extensão e volume do comércio e da manufatura durante o Antigo Regime, ambos se faziam e orientavam em função do Estado, já que dependiam de seus favores e de suas necessidades. Basta lembrar que na França grande parte das manufaturas foram criadas para proporcionar objetos de luxo à Corte, armas às tropas e artigos de exportação para o comércio real, ao mesmo tempo que as grandes companhias de navegação foram criadas para trazer ao país os produtos de ultramar (isto é, das colônias). Conseqüentemente, os enormes lucros daí provenientes beneficiavam não só a burguesia mas o tesouro e a administração real. O mercantilismo (a política de intervenção do Estado na economia, que marcou este período) foi justamente a política e a teoria desta integração. Foi também o instrumento por excelência da chamada acumulação primitiva do capital, sem a qual não se teriam criado as condições que mais tarde permitiram a revolução industrial e a consolidação do modo de produção capitalista. Entretanto, deste fato não se deve inferir, como se costuma fazer, que os agentes históricos desta acumulação (a burguesia mercantil e a monarquia absolutista) fossem contra o feudalismo e a favor do capitalismo.

A burguesia mercantil, a classe que realizava e

se beneficiava desta acumulação, não tinha outro horizonte econômico e pessoal que não fosse a sua integração ao Estado Absolutista. Esta burguesia, pelo menos até meados do século XVIII, não investia, via de regra, seus lucros na produção e sim na compra de terras, cuja posse somada a um casamento com membros da nobreza permitia-lhe entrar diretamente nas fileiras da aristocracia. Também fazia empréstimos ao Estado ou comprava cargos administrativos (na França, graças à venda de ofícios, a burocracia fora recrutada, nos séculos XVI e XVII, entre a burguesia), e em troca passava a constituir a nobreza togada criada pelo Estado. De maneira que, em qualquer dos casos, os objetivos da burguesia eram sempre os mesmos: nobilitar-se e integrar-se ao Estado. E as conseqüências também: a burguesia transferia capital do circuito mercantil (comércio e manufatura) e o imobilizava na compra de terras e de ofícios, passando a viver de rendas, tal como a nobreza. Ao comprar terras a burguesia gozava dos mesmos direitos e assumia o mesmo comportamento da nobreza. O famoso historiador francês F. Braudel referiu-se a este verdadeiro processo de refeudalização, chamando-o de “traição da burguesia”. O termo é significativo mas impróprio, pois implica considerar a burguesia mercantil como uma classe revolucionária. Como advertiu o filósofo Louis Althusser no livro *Montesquieu: a Política e a História*, o maior erro em que pode incorrer o historiador deste período consiste em projetar sobre esta burguesia a imagem da burguesia posterior, a bur-

guesia industrial, esta sim transformadora da estrutura econômica e social feudal. Enquanto que a burguesia do Antigo Regime "ao invés de lutar contra a nobreza, procura entrar em suas fileiras, e, ao penetrar na ordem que aparentemente combate, a sustenta ao invés de derrubá-la". Isto porque a burguesia mercantil, ao contrário da industrial, não é uma classe produtiva. Sua função não consiste em produzir bens mas em negociá-los. Ao contrário da burguesia industrial, típica do século XIX, ou da burguesia manufatureira puritana, portadora da "ética capitalista" e que durante a Idade Moderna encontramos principalmente na Inglaterra, e que se orientava no sentido da poupança, do cálculo e da frugalidade, etc., a burguesia mercantil estava totalmente influenciada pelo padrão de comportamento da nobreza, "cujos gastos são sempre superiores a seus ingressos". O nobre não acumula, mas dilapida riqueza, pois, na sua concepção feudal, o trabalho dos camponeses serve exatamente para isso: produzir riqueza para ele esbanjar.

Contudo, agora, na segunda metade do século XVIII, este feudalismo modificado entrava em crise. Com efeito, entre 1720 e 1770, a França conheceu um grande progresso em todos os setores da economia. A agricultura, base do regime, experimentou um certo avanço, embora ainda pequeno se comparado à expansão da indústria e do comércio. A produção manufatureira aumentou em 60%, surgiram as primeiras fábricas no setor têxtil e foram lançadas as bases da indústria do ferro e do carvão. Quanto ao

30.137

16.02.00

comércio, sobretudo o internacional e colonial, simplesmente quadruplicou seu volume. As conseqüências desta expansão econômica foram tão grandes e importantes que não puderam mais ser absorvidas e contidas nos limites da estrutura vigente. Enquanto a burguesia aumentava o seu número, diversificava as suas fileiras e enriquecia-se no seu conjunto, a aristocracia para se defender da alta de preços, que acompanhava a expansão econômica, lançava mão dos únicos recursos de que dispunha: aumentou o nível de exploração sobre os camponeses e açambarcou todas as carreiras compatíveis com a sua condição (exército, diplomacia, ministérios, etc.). Assim, o mesmo processo que levava a burguesia a aumentar a sua pressão sobre o Estado para que este abrisse as portas aos cargos públicos, fazia a aristocracia atuar em sentido inverso, exigindo o seu fechamento. Mas, como se verá, estas não eram as únicas exigências da burguesia e da aristocracia frente ao Estado.

Aristocracia e burguesia eram, obviamente, as classes sociais numericamente minoritárias, mas em todos os demais sentidos (riqueza, poder, etc.) dominantes dentro das ordens a que estavam juridicamente ligadas (aristocracia ao Primeiro e Segundo e burguesia ao Terceiro Estado). Na França do século XVIII, só os membros da alta nobreza e do alto clero (e todos estes eram nobres) eram ricos e tinham acesso à Corte. Ser nobre com fortuna e ter acesso à Corte (sediada em Versalhes e cuja magnificência era sem igual na Europa) eram os atributos e a condição indispensável para se pertencer à aristocracia. As-

sim, enquanto todo aristocrata era nobre, nem todo nobre era aristocrata, pois havia uma numerosa pequena nobreza empobrecida (que os franceses chamavam de *hoberaux*, nome de uma ave de rapina) e decadente, aferrada a seus privilégios feudais, e que vegetava sem futuro pelas aldeias do reino. Ao lado desta distinção, entre nobreza da Corte (alta nobreza) e nobreza da província (pequena nobreza), havia uma outra, entre a nobreza de espada e a nobreza de toga (magistrados e funcionários nobilitados pelo Estado). Naturalmente, o grupo mais rico dentro desta última também fazia parte da aristocracia.

Na véspera da Revolução, tanto a aristocracia quanto a nobreza em geral apresentavam as seguintes características e tendências comuns: havia se transformado praticamente em castas fechadas, todas hereditárias e ciosas de suas origens e condição; estavam proibidas de qualquer prática mercantil ou industrial, sob pena de se desclassificarem (isto é, de perderem a condição nobre e os privilégios a ela vinculados); eram, portanto, todas feudais, pois viviam de rendas provenientes ou do Estado (cargos, sinecuras, etc.) ou principalmente das terras (direitos feudais e senhoriais); desde 1682, quando o palácio de Versalhes ficou pronto, a aristocracia estava obrigada a viver na Corte; finalmente, desde a morte de Luís XIV (1714), a aristocracia a pouco e pouco foi reativando o poder de antigos tribunais que podiam vetar éditos reais e impor decisões, como os Parlamen-tos (de Paris e das províncias). Os Parlamen-

eram tribunais cujos membros antes pertenciam à nobreza de toga, mas à medida que a alta nobreza foi se fundindo, passaram a representar os interesses de toda a aristocracia. Ao mesmo tempo, a aristocracia foi, como já dissemos, monopolizando todas as funções e cargos do governo: de 1714 a 1789, todos os ministros, a exceção de três, foram aristocratas, os plebeus foram excluídos dos Parlamntos e das Intendências reais; na Igreja, todos os bispos e arcebispos eram nobres, assim como os diretores de conventos, abadias, etc.; no Exército, desde 1760, os oficiais não mais podiam ser plebeus. De modo que, ao longo do século XVIII, a nobreza em geral e a aristocracia em particular haviam conseguido monopolizar para si todo o aparelho do Estado, da Igreja e do Exército. Até mesmo a rica e poderosa burguesia financeira que fazia empréstimos ao Estado tinha dificuldade em penetrar nas fileiras da aristocracia. Este processo de aristocratização da sociedade, no século XVIII, não foi um fenômeno particular à França, mas a todo o continente, e levou os historiadores a classificá-lo de *a reação senhorial ou aristocrática*. Em consequência, seu resultado foi exasperar a burguesia, uma vez que, em contrapartida, a sociedade também tendia igualmente a se aburguesar. O historiador americano R. Palmer assim descreve o que se passava: "o aristocrata estava satisfeito com a sua condição, o burguês queria ascender. O verdadeiro *gentleman* parecia possuir por virtude inata aquilo que o burguês somente podia obter mediante grande fadiga: instrução, posição social,

prestígio, um bom casamento, uma carreira, o tom justo na conversação e o *savoir faire* no salão. Na raiz da atitude do burguês para com o aristocrata havia uma mistura de inveja e desprezo, uma espécie de consciência moralista de classe que contrapunha as sólidas qualidades do caráter ao ócio e à superficialidade de quem era socialmente superior”.

Assim, a burguesia, sem abandonar o desejo de penetrar na aristocracia, começava cada vez mais a aderir às novas idéias que estavam no ar, isto é, às idéias do Iluminismo. O grande desenvolvimento da filosofia e da ciência no século XVIII, conhecido como o século das luzes, decorria do próprio progresso material (desenvolvimento das forças produtivas) e do crescimento e diversificação da burguesia. O pensamento iluminista, baseado no racionalismo, individualismo e liberdade absoluta do homem, ao criticar todos os fundamentos em que assentava o Antigo Regime, revelava as suas contradições e as tornava transparentes aos olhos de um número cada vez maior de pessoas. A crítica iluminista, como toda crítica verdadeira, era a um só tempo crítica ao estado de coisas vigente e proposta alternativa a ele. Neste sentido, a observação de que os filósofos iluministas foram uma das causas da revolução é verdadeira na medida em que elaboraram, a nível teórico, um novo projeto social. Mas deve se considerar que, embora o Iluminismo enquanto tal fosse revolucionário, a maioria, senão todos, os filósofos eram reformistas. Acreditavam que o Estado, através da ação esclarecida do Príncipe, seria capaz de realizar as

reformas necessárias que conduziriam a sociedade no caminho do progresso e da razão. Ora, na França, a incapacidade da monarquia absolutista em realizar as reformas que a burguesia exigia, cada vez com mais determinação, foi fatal para a sua sobrevivência. Os comerciantes e manufatureiros burgueses cujos interesses estavam ligados à liberdade de comércio e de produção, ao verificarem que a adoção do liberalismo econômico se tornava impossível (as reformas empreendidas pelo economista fisiocrata Turgot haviam fracassado), começaram a se voltar contra a monarquia absolutista. Entre a média burguesia, sobretudo dos profissionais liberais, também crescia o descontentamento contra o absolutismo e a convicção de que as coisas precisavam mudar.

O descontentamento também era grande no seio das classes mais numerosas do Terceiro Estado, sobretudo entre os camponeses, sobre cujos ombros recaía todo o peso da brutal exploração da nobreza, do clero e do Estado. Entretanto, ao contrário do que acontecia com a burguesia, a insatisfação dos camponeses e do proletariado urbano, por razões óbvias (decorrentes de sua pobreza, exploração, ignorância, etc.), não se manifestava politicamente (pelo menos até o início da revolução). Porque as luzes dos filósofos não os atingiam, seu descontentamento perdia-se no silêncio e sua revolta terminava nos braços da repressão. Os camponeses, que pagavam impostos ao Estado, dizimos à Igreja e direitos feudais à nobreza, eram no século XVIII quase todos livres (apenas um número insignificante continuava submetido à ser-

vidão pura e simples) e proprietários de pequenos lotes de terra. Para a maioria, contudo, estas propriedades eram insuficientes para lhes permitir acumular o que quer que fosse. Na realidade, em condições normais, mal provia-os do mínimo necessário para viver. Muitos não passavam de jornaleiros rurais. Mas um pequeno número havia conseguido a custa de tenazes esforços se tornar proprietário de lotes suficientes para se distinguirem do conjunto da classe. A existência de uma diferenciação social no interior do campesinato não impedia que um elemento importante os igualasse e unificasse enquanto classe: a exploração feudal a que estavam todos submetidos. Com a reação senhorial, em meados do século XVIII, esta exploração tornou-se ainda mais odiosa e insuportável, pois os nobres, para defender suas rendas, sempre insuficientes para seu trem de vida perdulário, lançavam mão de direitos feudais que há muito haviam caído em desuso. Por outro lado, o desenvolvimento de uma agricultura comercial, desde o século XVI, não levou na França, como na Inglaterra, à destruição ou rompimento das estruturas feudais. Aqui, os lucros, ainda em pleno século XVIII, não derivavam da venda dos produtos no mercado, mas da extração de rendas dos camponeses. Em conseqüência, se o camponês francês, preso ainda à estrutura da comunidade aldeã, tinha fome de terra e de liberdade, isto não significava que estas tivessem para ele um sentido capitalista. Seu anticapitalismo não era menor que seu ódio aos direitos feudais. Seja como for, a situação no campo era



Camponês francês do início do séc. XVIII.

potencialmente explosiva. Na verdade, há muito que era assim. A ordem só era mantida graças à união do conjunto das classes proprietárias e à existência de um poderoso aparato repressivo tanto ideológico (Igreja) quanto militar (Estado).

Finalmente, a outra classe, a segunda em termos numéricos, que existia no interior do Terceiro Estado, era a do proletariado urbano, composto por artesãos, jornaleiros, assalariados em geral e naturalmente pelos desempregados, marginais, etc. Eram os famosos *sans-culottes*. Na França, cada grupo, dado o caráter estamental rígido da estrutura social, se distinguia até mesmo por detalhes como a vestimenta, o lugar que ocupava na Igreja, etc.; daí o nome de “sem culotes” dado aos pobres urbanos. Os *sans-culottes*, a exemplo do que se passava com os camponeses, tornavam-se extremamente descontentes e revoltosos quando eram atingidos pela carestia, fome e alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, tão comuns ao longo de todo o Antigo Regime. Sempre que isto acontecia, eles se amotinavam, mas, como eram movimentos cegos, sem perspectivas políticas, sempre eram esmagados.

2) A Monarquia Absolutista

Por sobre estas estruturas, ao mesmo tempo que parte integrante delas, erguia-se a monarquia absolutista, a mais poderosa da Europa, sobretudo durante o longo reinado de Luís XIV, quando atingiu o máximo de seu poder e brilho. Após a morte do

Rei-Sol, a monarquia começou a dar sinais de perda de vigor e dinamismo, limitando-se a preservar o espaço já conquistado, sem avançar mais no caminho da destruição das instituições que ainda entravavam a sua ação. Com efeito, na véspera da revolução, o Estado ainda conservava uma enorme mistura e justaposição de jurisdições, de divisões e de instituições diferentes: países de estados, países de eleições, parlamentos, generalidades, etc. Não havia conseguido realizar uma racionalização nas instituições: as tarifas alfandegárias, o sistema de impostos, o código civil e a administração local não possuíam a mínima uniformidade. Mas a monarquia absolutista havia conseguido na França a proeza tanto de "domesticar" a nobreza, obrigando-a a aceitar um poder centralizado e exercido de forma irresponsável e inacessível, acima de sua cabeça, quanto de feudalizar a burguesia integrando-a no circuito do Estado absolutista. Pelo menos até o século XVIII. Porque, agora, como vimos, sofria o ataque cada vez mais intenso tanto da parte da aristocracia quanto da burguesia. E isto, como se verá, paralisava-lhe os movimentos.

Mas, afinal, que tipo de Estado era a monarquia absolutista? Qual a sua verdadeira natureza e função? Expressava a aliança do rei com a burguesia contra o poder dos senhores feudais? Ou era um Estado que servia de árbitro entre duas classes inimigas iguais em força e impotência? Se a primeira pergunta é correta, então estamos diante de um Estado que promove o capitalismo, ou melhor, que rea-

liza a transição “voluntária” para o capitalismo? (Tese sustentada, entre outros, por N. Poulantzas na obra *Poder Político y Clases Sociales*, ed. Siglo XXI.) Se, como na segunda pergunta, era um Estado de equilíbrio, deve-se perguntar, primeiro, se é possível existir um Estado desta natureza durante tanto tempo quanto a duração do Antigo Regime; segundo, se corresponde aos fatos pensar que o verdadeiro conflito se dava entre a burguesia e a nobreza. Neste caso, como no primeiro, a burguesia também é pensada como uma classe revolucionária, o que como vimos é incorreto. Na verdade, de acordo com o historiador Christopher Hill, com o filósofo Louis Althusser e com Perry Anderson, podemos afirmar que o Estado absolutista não era nem uma coisa nem outra, mas um Estado feudal, que representava os interesses da nobreza. Como assinalou Althusser no livro já mencionado, “a monarquia absolutista não é o fim, nem persegue o fim do regime de exploração feudal. É, pelo contrário, no período considerado, seu aparato político indispensável. O que muda com o aparecimento da monarquia absolutista não é o regime de exploração feudal, é a forma de sua dominação política”. Tanto é assim que, no caso da França, na segunda metade do século XVIII, a monarquia revelou-se incapaz de atender, não só às necessidades de ascensão social e de reforma da burguesia mercantil que, afinal de contas, retirava sua fortuna das próprias estruturas feudais (como é o caso da burguesia monopolista e financeira), mas, sobretudo, de atender os interesses dos novos seg-

mentos burgueses cujas atividades estavam ligadas à manufatura e a um tipo de comércio que exigiam a liberdade de produção e circulação para se desenvolverem. Por outro lado, quando se observa a política externa, posta em prática ao longo de todo o Antigo Regime, vê-se claramente que seus objetivos visavam sempre a satisfação dos interesses bélicos da nobreza e do engrandecimento territorial do Estado e não à satisfação dos interesses do capitalismo. A guerra dos Sete Anos (1756-63), ruínosa para os interesses mercantis e capitalistas da França, demonstra-o eloqüentemente.

O fato de que a monarquia absolutista representasse os interesses da nobreza não significa que entre ambas não existissem conflitos, ou mal-entendidos, pois, enquanto a eficácia do Absolutismo (como em maior ou menor grau acontece com outros tipos de Estado) residia na distância estrutural posta entre ele e a classe de onde havia saído, esta (a nobreza), a nível individual, não conseguiu jamais perceber que o despojamento, inclusive pela força, de suas prerrogativas políticas pessoais era uma condição para a salvaguarda dos interesses coletivos da sua classe. Esta inconsciência histórica da nobreza francesa, que a impedia de entender que, frente aos conflitos internos, a monarquia absolutista atuava, em última instância, sempre na defesa de seus interesses, é que explica seu passo em falso na segunda metade do século XVIII: isto é, sua revolta contra o Absolutismo. Quando se deu conta do equívoco, a revolução já era um fato consumado.

De tudo quanto foi dito sobre o Antigo Regime, decorre que o conflito fundamental não se dava entre a nobreza e a monarquia absolutista (apesar da existência de atritos), nem entre esta e a burguesia (apesar do crescente descontentamento desta última no período recente), mas entre o próprio regime feudal e as massas submetidas à sua exploração. Recorrendo mais uma vez a Althusser: “entre o rei, a nobreza e a burguesia, tudo se desenvolvia num conflito contínuo de caráter *político e ideológico*. Entre a massa dos explorados... (das cidades e sobretudo do campo) e a ordem feudal e seu poder político, não se tratava de questões teóricas mas de silêncio ou violência”. Por isso, quando com a revolta da aristocracia contra o absolutismo abriu-se uma brecha no muro do Antigo Regime, mais que a burguesia, quem o pôs abaixo foram as massas rurais e urbanas.

A Revolução

O processo de crise que fez detonar a Revolução começou em 1787, quando a crise financeira que a monarquia atravessava tornou-se tão aguda que a única forma de resolvê-la exigia a reforma do sistema fiscal do reino. Para se ter uma idéia da sua gravidade, basta dizer que a dívida do Estado consumia 50% das despesas e estas eram em média 20% superiores às entradas globais do tesouro.

A situação era de bancarrota e os expedientes ordinários, como recorrer a novos empréstimos, não

bastavam para resolver a crise (mesmo porque os banqueiros se recusavam a conceder novos créditos). Conseqüentemente, a reforma de todo o sistema fiscal era inadiável. Mas, e aqui estava a dificuldade, se a reforma implicava tocar nas imunidades fiscais das ordens privilegiadas, sua aprovação dependia da "boa vontade" da aristocracia, a classe no poder. Ora, ela estava em plena ofensiva política contra o Absolutismo e recusava-se a alienar seus privilégios fiscais sem obter em troca direitos políticos sobre a conduta da monarquia. Como vimos, a aristocracia foi a pouco e pouco se apoderando do controle de todos os órgãos intermediários de poder, ao mesmo tempo que os revigorava e ampliava em suas prerrogativas frente ao poder central. A tal ponto que nenhuma decisão política podia ser executada sem a aprovação dos Parlamentos. Esta a razão do fracasso de todas as tentativas de reforma empreendidas pela monarquia e seus ministros no século XVIII. A aristocracia, utilizando-se dos Parlamentos e das intrigas na Corte, fazia-as abortar.

Curiosamente, toda a argumentação teórica da aristocracia para recusar as reformas e atacar o Absolutismo baseava-se no discurso iluminista, isto é, utilizava-se da linguagem liberal dos filósofos com suas noções sobre a liberdade, a representatividade do poder e o direito de propriedade. Mas não se tratava tão-somente de uma apropriação, por parte da aristocracia, dos conceitos políticos do Iluminismo, e sim de uma verdadeira contracorrente de ideologia aristocrática cujo expoente mais ilustre e ao mesmo

tempo mais “enrustido” foi Montesquieu. O que demonstra, por um lado, que o pensamento iluminista era tão universal que contaminou ideologicamente até mesmo a aristocracia, e, por outro, que não se tratava simplesmente de uma teoria construída *ad hoc* pela e para a burguesia tomar o poder.

Voltando à crise, em 1787, Luís XVI, evitando a oposição do Parlamento, convocou uma *Assembléia de Notáveis* (órgão corporativo composto por “deputados”, escolhidos pelo rei entre as três ordens, e cuja função consistia em assessorar o monarca; a última vez que este órgão havia sido convocado fora em 1627) para apreciar o programa de reforma fiscal elaborado pelos ministros. Ora, a *Assembléia* recusou-se a aprová-lo. Um ano depois, foi a vez do Parlamento de Paris recusar a sua aprovação e exigir do rei a convocação dos Estados Gerais da nação para fazer aprovar as reformas. Impotente, Luís XVI acatou a decisão, fixando para maio de 1789 a abertura dos Estados Gerais. Assim, a ofensiva da aristocracia para recapturar o Estado em suas mãos culminava em 1787-88 numa verdadeira “revolta nobiliárquica” ou “revolução aristocrática” contra o Absolutismo. O resultado imediato deste triunfo da aristocracia sobre o poder real foi fraturar o tradicional sistema de poder (rei mais nobreza), permitindo que se abrisse o caminho que conduziria à Revolução. Em suma, a grave crise financeira, com a revolta da aristocracia, transformou-se numa grave crise política e esta coincidia com uma profunda crise sócio-econômica decorrente de um ciclo econômico

recessivo (à expansão econômica do período anterior, 1720-1770, seguia-se, agora, uma fase de retração), agravado por uma péssima colheita e um inverno rigoroso em 1788-89.

Com a convocação dos Estados Gerais, a aristocracia esperava completar o processo que esvaziaria a monarquia de seu poder absoluto. Seu cálculo, teoricamente correto, baseava-se na certeza de que controlaria todas as decisões dos Estados Gerais. Com efeito, esta instituição, que representava as três ordens em que se dividia a nação, e cuja origem remontava à Idade Média, tinha seus representantes eleitos internamente a cada ordem e, quando em funcionamento, a votação era em separado, correspondendo a um voto a cada ordem. Desta maneira, a aristocracia teria sempre os dois votos do clero e da nobreza contra um do terceiro estado. Por outro lado, não se tratava de uma assembléia deliberativa com poder soberano, pois sua convocação dependia da monarquia que a ela recorria em caso de necessidades financeiras ou de política externa. Prova eloqüente da força que o Absolutismo francês acabava de perder é o fato de que desde 1614 os Estados Gerais não eram convocados.

Mas, na prática, o cálculo da aristocracia revelou-se um verdadeiro suicídio político para ela e para o regime que a representava, e isto basicamente por duas razões. A primeira, porque a aristocracia subestimou perigosamente a força e a capacidade políticas do Terceiro Estado. Em segundo, porque como a época coincidia, como vimos, com uma conjuntura

econômica de crise, com suas seqüelas de fome e desemprego, o estado de espírito dos pobres do campo e das cidades era de desespero e revolta. Consequentemente, as eleições para a escolha dos deputados aos Estados Gerais, neste contexto, eram extremamente favoráveis aos objetivos do Terceiro Estado, porque de um lado deu à burguesia a oportunidade e o espaço políticos necessários para, através de uma intensa propaganda, difundir suas idéias e seu programa de reformas, e porque de outro permitiu que o descontentamento secular dos camponeses e das massas urbanas ganhassem, pela primeira vez, uma perspectiva política. A convocação dos Estados Gerais suscitou uma enorme esperança no Terceiro Estado e a burguesia procurou, com êxito, expressá-la e dirigi-la politicamente. Antes que eles se reunissem em 5 de maio de 1789, a burguesia já havia conseguido uma primeira e importante vitória: a duplicação do número de deputados, já que, como afirmava o abade Sieyès, um de seus líderes, os plebeus formavam 96% da nação. Naturalmente, os 610 deputados escolhidos pelo Terceiro Estado eram, em sua maioria esmagadora, homens saídos das fileiras da burguesia (advogados, comerciantes, proprietários rurais, banqueiros, etc.), pois, ao contrário dos camponeses e *sans-culottes*, que eram pobres e analfabetos, a burguesia tinha riqueza e cultura política. Era a única a possuir uma consciência de classe e um projeto político alternativo ao Antigo Regime. Isto significa que, naquele momento, seu interesse particular, derrubar o Antigo Regime para dar lugar a

uma nova sociedade (no caso burguesa e capitalista), coincidia com os interesses gerais de todo o Terceiro Estado, igualmente contrário ao regime existente. Assim, enquanto a divisão *legal* em ordens (em contradição com a divisão *real* em classes) não fosse destruída, os conflitos e contradições sociais existentes dentro do Terceiro Estado estavam bloqueados, não podendo ganhar expressão política antes que o Antigo Regime fosse derrubado. Por isso, não obstante as divisões sociais existentes entre as três classes e dentro de cada classe que compunha o Terceiro Estado, mais ainda, não obstante a contradição fundamental que opunha a burguesia, enquanto classe proprietária, ao proletariado urbano e aos camponeses, ela, a burguesia, podia falar e atuar em nome de todos. Daí a sua liderança e a unanimidade do Terceiro Estado ao se apresentar em Versalhes. Enquanto isso, o contrário se passava com o clero e a nobreza. O primeiro estava dividido entre a minoria formada pelo alto clero e a maioria composta pelo baixo clero, o qual, pelas suas origens sociais (recrutado entre filhos de plebeus) e padrão de vida, tendia muito mais a se identificar com o Terceiro Estado do que a se alinhar com os bispos. A segunda estava dividida entre uma maioria de nobres reacionários e uma minoria, em geral da alta nobreza, de tendência liberal, disposta a apoiar a burguesia e cujo expoente mais famoso era o general La Fayette.

Mal os Estados Gerais se puseram a funcionar, em 6 de maio, e já os conflitos entre as ordens começaram: enquanto a nobreza e o clero se reuniam em

salas separadas para proceder à verificação de poderes e se constituírem em ordens separadas, o Terceiro Estado queria que a verificação fosse em comum, o que implicava no voto por cabeça e não por ordem. Contando com sua maioria potencial de votos (graças à duplicação tinha mais ou menos o mesmo número de deputados que as outras ordens juntas) e com as divisões do clero, o Terceiro Estado conseguiu, em poucas semanas, transformar os Estados Gerais em Assembléia Nacional Constituinte (17 de junho). Frente a esta insubordinação do Terceiro Estado, a aristocracia reconcilia-se com o Absolutismo, dando-se conta do que este realmente significava — a única salvaguarda possível de seus privilégios — e cerraram fileiras para impedir que a situação escapasse de vez a seu controle. Para tanto, recorreram a vários expedientes, entre eles o de fechar o local onde os deputados se reuniam (20 de junho) e o de convocar uma sessão real (23 de junho). Aqui cabe um comentário. Quando uma revolução é vitoriosa, as manobras do regime anterior para se manter no poder, naturalmente fracassadas, aparecem aos olhos dos contemporâneos e dos pósteros não só como medidas desesperadas, mas, porque fracassadas, como manobras bisonhas e ridículas, quando não trágicas. Inversamente, as dos vitoriosos revestem-se de glória e inteligência. Assim, no caso da Francesa, quando os deputados encontraram as portas da sala de reuniões fechadas, foram se reunir em outra sala do palácio, aquela destinada ao jogo da pela (*jeu de pomme*) e nela fizeram o juramento solene de continuar a se

reunir onde quer que fosse até que a França tivesse uma Constituição. A sessão real não foi menos ridícula: Mirabeau paralisou o rei dizendo-lhe: "Majestade, sois um estranho nesta assembléia, aqui não tendes direito à palavra". Estes episódios deram a Luís XVI e sua aristocracia a certeza de que só com recurso da força poderiam dobrar a Assembléia, por isso prepararam o golpe para dissolvê-la. Mas não puderam executá-lo: a revolução popular impediu-o.

As jornadas populares de julho, que culminaram com a queda da Bastilha (14 de julho), salvaram a Assembléia mas, ao mesmo tempo, transformaram o que até então era uma reforma em revolução. Com efeito, até o momento, a burguesia, atuando através da Assembléia, procurava manter-se num plano estritamente jurídico-legal. Não há dúvida de que, ao transformar os Estados Gerais em Assembléia Nacional Constituinte, a burguesia estava realizando uma verdadeira revolução jurídico-política, pois, com essa transformação, a iniciativa do poder, isto é, a soberania, passava das mãos do rei para as mãos de toda a Nação (através de seus representantes). Mas, como a realidade ensina, nenhuma revolução jurídica se mantém por si mesma. Tanto é verdade que Luís XVI, não querendo se transformar num rei constitucional, decidiu anulá-la. De sorte que, sem o respaldo da revolução popular, a revolução jurídico-política teria sido abortada. As massas de Paris estavam mobilizadas e acompanhavam atentamente o que se passava em Versalhes, mas esta mobilização não decorria da vontade e da ação política da bur-

guesia, como se esta no momento necessário tivesse organizado o levante. Na verdade, foi a contra-revolução que as colocou em movimento e a conjuntura econômica de crise que as mobilizou. A informação de que a aristocracia preparava um complô para dissolver a Assembléia começou a se difundir entre a população de Paris. As notícias da demissão de Necker (ministro liberal) em 12 de julho e da chamada do exército de mercenários suíços a Versalhes confirmaram que a contra-revolução estava em curso. As massas parisienses, já mobilizadas, passaram à contra-ofensiva com as famosas jornadas populares de 13 e 14 de julho. A cidade caiu nas mãos dos manifestantes, pois o exército já havia sido retirado (contaminado pelas novas idéias e paralisado pela adesão de muitos soldados à causa dos manifestantes, tinha perdido sua eficácia repressiva). Face aos acontecimentos, o rei capitulou e reconheceu, ou fingiu reconhecer, o fato consumado — a realidade da Assembléia Nacional Constituinte.

A revolta popular de Paris foi imediatamente seguida pelas revoltas nas cidades das províncias (revolução municipal) que, em poucas semanas, fizeram desaparecer todas as antigas autoridades nomeadas pelo Absolutismo, e por uma verdadeira revolução camponesa. Como assinalou Hobsbawn, no livro já citado: “as revoluções camponesas são movimentos vastos, disformes, anônimos, mas irresistíveis. O que transformou uma epidemia de inquietação camponesa em uma convulsão irresistível foi a combinação dos levantes das cidades pro-

vincianas com uma onda de pânico de massa, que se espalhou de forma obscura mas rapidamente por grandes regiões do país: o chamado Grande Medo de fins de julho e princípios de agosto de 1789. Três semanas depois do 14 de julho, a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França real ruíam em pedaços”.

Mas a revolta popular e camponesa assustaram a burguesia e a Assembléia, pois, enquanto os primeiros saqueavam depósitos, armazéns, etc., apropriando-se de tudo o que pudessem encontrar, a revolta camponesa, ao destruir a propriedade feudal, ameaçava destruir a propriedade em geral, ou seja, da própria burguesia. Por isso, a burguesia, para controlar as massas populares urbanas, organizou, desde a primeira hora da revolução, primeiro em Paris e depois em todas as outras cidades, uma guarda nacional (força militar), para se defender menos das forças do Absolutismo do que das forças populares; e a Assembléia, para sustar a revolução camponesa, fez votar, na histórica sessão de 4 de agosto, a extinção do Velho Regime e o fim do feudalismo. Procurando se antecipar aos acontecimentos para mantê-los sob controle, a Assembléia sancionou de direito aquilo que a revolução camponesa já estava realizando de fato: a destruição pela força do feudalismo. Na verdade, ao extinguir o Antigo Regime, a Assembléia cuidou de preservar o direito e o poder dos homens de propriedade.

As conseqüências desta destruição parcial, à maneira burguesa, do Antigo Regime, serão examinadas

mais adiante. Por ora, basta assinalar que toda a aparente magnanimidade das decisões de 4 de agosto deve ser creditada menos a uma generosidade desinteressada e mais ao fato de que concretamente a Assembléia estava com a faca no pescoço. Ainda como repercussão da revolução popular e também como tributo, sincero, reconheça-se, às idéias iluministas, a Assembléia faz aprovar em 26 de agosto a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O objetivo deste documento, de alcance universal, e sempre atual, era simples: enunciar, da maneira mais solene possível, todos os pressupostos básicos sobre os quais se fundamentaria a construção da nova sociedade.

A Monarquia Constitucional e a Assembléia Nacional: 1789-1792

Uma vez no poder, o projeto político da burguesia, inspirado na filosofia liberal e consubstanciado na Constituição aprovada em 1791, consistia em criar na França uma sociedade burguesa e capitalista em lugar da anterior de caráter ainda feudal e aristocrático. Para tanto, estabelecia no plano social a igualdade jurídica de todos os indivíduos (todos os homens são livres e iguais aos olhos da lei e do Estado); no plano econômico, a liberdade completa de produção e circulação dos bens e a não interferência do Estado na vida econômica (concebida como uma esfera privada de competência dos indivíduos); no plano religioso, a separação entre Estado e Igreja e a

liberdade de crença e, finalmente, no plano político, estabelecia a divisão (executivo e legislativo) e a representatividade do poder (eleições para a escolha dos representantes da nação e dos governantes). Para que este programa atuasse com êxito, a burguesia, agindo através da Assembléia Nacional, fonte de toda soberania e iniciativa de poder, precisava resolver três grandes problemas ao mesmo tempo. O primeiro era fazer com que a aristocracia e o rei aceitassem a revolução. Para tanto, era preciso estabelecer um compromisso com as forças da antiga ordem. A base deste compromisso repousava tanto na preservação da Monarquia, embora sob forma constitucional, quanto na necessidade dos camponeses pagarem pelos direitos feudais abolidos. Note-se que com isto a burguesia não estava fazendo nenhuma concessão, não abria mão de nenhum ponto de seu programa, pelo contrário, pois, no fim de contas, tratava-se de substituir a aristocracia do sangue pela aristocracia do dinheiro. Por isso, o segundo problema era o de desmobilizar as massas e impedir que participassem da vida política, pois poderiam ameaçar a hegemonia política da burguesia fundamentada no poder econômico. Para tanto a Assembléia, em contradição com a declaração de direitos, mas em consonância com a doutrina liberal, estabeleceu uma distinção entre os cidadãos, dividindo-os em duas categorias: passivos e ativos. Os primeiros gozavam só dos direitos civis e os segundos também dos direitos políticos. Dentro do mais puro liberalismo, cidadãos ativos eram os que pagavam impostos, os que possuíam dinheiro ou

propriedade, portanto nada mais justo que a eles fossem reservados os direitos políticos; quanto aos demais, os passivos, restava o consolo e o estímulo de que bastava ao indivíduo enriquecer para se transformar automaticamente em cidadão ativo. Por outro lado, enquanto os patrões tinham assegurados todos os direitos, inclusive de associação, os operários estavam proibidos de formarem coalizões e greves. Finalmente, o terceiro problema era resolver o grave déficit financeiro herdado do governo anterior. Para tanto, a Assembléia, aproveitando-se do fato de que tinha que resolver também o problema religioso, isto é, definir o novo lugar a ser ocupado pela Igreja — como esta era proprietária de enormes riquezas —, procurou resolver os dois problemas ao mesmo tempo: confisca os bens da Igreja, vendendo-os em leilão, e aprova uma constituição civil do clero (1790).

Ora, para infelicidade da burguesia, o rei e a aristocracia não quiseram aceitar o compromisso, os cidadãos passivos (os *sans-culottes*) não quiseram esperar o enriquecimento para participar da vida política, os camponeses não quiseram pagar o resgate para se livrarem dos direitos feudais e os clérigos não quiseram aceitar a nova constituição civil do clero. Nestas condições não surpreende que a burguesia tenha fracassado na resolução dos problemas.

Embora a burguesia tivesse que enfrentar a oposição dentro da Assembléia, tanto da aristocracia (cujos deputados ocupavam o lado direito de quem entrava no recinto de reuniões) quanto dos democratas (que ocupavam o lado esquerdo), a dificul-

dade, evidentemente, não estava dentro da Assembléia (a burguesia, que ocupava todo o centro estendendo-se à direita e à esquerda, tinha maioria absoluta), mas fora.

A extrema-direita, o rei e a aristocracia, se recusava obstinadamente a qualquer compromisso. Como assinalou Soboul, conhecido historiador da Revolução Francesa: "a política de conciliação entre a aristocracia e a alta burguesia era uma quimera enquanto não fossem destruídos irremediavelmente os últimos vestígios do feudalismo. Enquanto permanecia uma esperança de ver seus antigos direitos restaurados por uma volta à monarquia absolutista, a aristocracia se recusava a aceitar o triunfo da ordem burguesa". A extrema-esquerda, os democratas (representando a média e pequena burguesia e os *sans-culottes*), sentiam-se fraudados politicamente, porque estavam excluídos dos direitos políticos e revoltados economicamente, porque a política de liberalismo econômico, adotada pela Assembléia, havia feito os preços subirem e agravado suas condições de vida. Os camponeses exasperados, porque tinham que pagar para a extinção dos direitos feudais, porque não lhes foi dada qualquer ajuda financeira para o resgate, retomaram a violência: "de 1789 a 1792, uma verdadeira guerra civil se desenrolou entre o campesinato e a aristocracia, com maior ou menor intensidade segundo as regiões" (Soboul).

Por outro lado, o confisco dos bens da Igreja sem indenização (naturalmente quem mais se beneficiou com a venda destes bens foi a burguesia que

tinha o dinheiro para adquiri-los), somado ao fato de que a nova constituição civil do clero obrigava os religiosos ao juramento de fidelidade e ao rompimento com o Papado (o Papa havia se recusado a aceitar a revolução, excomungando-a), alienaram grande parte do clero da Revolução (apenas sete bispos fizeram o juramento), lançando-o no campo da contra-revolução.

Mas a burguesia lutou o quanto pôde para estabilizar o novo regime. Dois episódios revelam ao mesmo tempo esta determinação e o seu insucesso. O primeiro foi a tentativa, em setembro de 1789, da alta burguesia e da nobreza liberal de fazer a Assembléia aprovar um projeto que, de um lado, dava ao rei o poder de veto absoluto sobre as decisões do legislativo e, de outro, criava uma Câmara alta cujos membros seriam escolhidos pelo rei (proposta que se inspirava no modelo vigente na Inglaterra, daí o nome de anglômanos ou monarquistas aos autores do projeto). Caso fosse aprovado, o Absolutismo, expulso pela porta de entrada, retornaria pela dos fundos, pois, neste caso, não seria mais a burguesia que fazia concessões ao Velho Regime, mas este à burguesia. O golpe fracassou tanto porque a Assembléia o rejeitou quanto porque as jornadas populares de outubro o impediram de ir adiante. O outro episódio, mais espetacular, foi a tentativa de fuga do rei em junho de 1791. Num gesto desesperado, Luís XVI, auxiliado por La Fayette, chefe da Guarda Nacional e líder da facção que buscava o compromisso a todo custo, planeja a fuga ao exterior. Lá, se reuniria aos

nobres emigrados e com ajuda dos outros monarcas reuniria um exército para voltar à França e dissolver a Assembléia. Ao fugir, teve o "cuidado" de redigir um manifesto onde deixava claro quais eram seus propósitos. A fuga fracassou, pois foi descoberto na fronteira, em Varennes, e obrigado a voltar. A tentativa malograda fez cair, aos olhos da nação, o véu que preservava a figura do rei daquilo que ele era de fato: a cabeça do complô aristocrático, da contra-revolução. Durante um bom tempo, a partir do início da revolução, o povo francês acreditou, tão forte era a figura da monarquia, que Luís XVI apenas não aderiria à revolução por causa do ambiente funesto da Corte. Mas, diga-se o que for a seu respeito, Luís XVI não a aceitou jamais e lutou até sua morte com todos os seus recursos para esmagá-la. A frase "não consentirei jamais em espoliar meu clero e minha nobreza", a tentativa de fuga e o apelo secreto à invasão da França por parte das monarquias estrangeiras, revelam-no claramente. Agora, porém, a revelação da verdade fazia crescer a idéia republicana. Mas, para a burguesia, que controlava a Assembléia, a monarquia precisava ser mantida, a qualquer custo, pois, como o indicou claramente um de seus líderes, Barnave, no discurso de 15 de julho, tratava-se da seguinte questão: "vamos concluir a Revolução, ou vamos recomeçá-la? Um passo a mais seria um ato funesto e culpável, um passo a mais, na linha da liberdade, seria a destruição da realeza e, na linha da igualdade, a destruição da propriedade". Esta frase lapidar de Barnave demonstra uma clareza

política e uma consciência de classe verdadeiramente assombrosas acerca do processo revolucionário e das necessidades, para a burguesia, de estancá-lo. Para ela, a revolução tinha definitivamente acabado. Conseqüentemente, a Assembléia absolveu Luís XVI e manteve a monarquia. Para justificar sua atitude, contrária a todas as evidências, a Assembléia forjou a desculpa de que o rei tinha sido seqüestrado e que o manifesto era apócrifo! Mas, para calar os republicanos, que naturalmente se recusavam a acreditar nisso e exigiam o julgamento do rei e a República, a Assembléia mobilizou a Guarda Nacional e usou a repressão.

Quando, em setembro de 1791, a Assembléia Constituinte se dissolveu aos gritos de "Viva o rei! Viva a nação!" (dando lugar a um novo legislativo, renovável, segundo a constituição, a cada dois anos) parecia que, apesar de tudo, a estabilização estava próxima.

Entretanto, o início da guerra (opondo a França à Europa) em abril de 1792, ao precipitar os acontecimentos, fez a revolução recomeçar. A guerra foi desejada e provocada tanto pela extrema-direita quanto pela esquerda moderada, a burguesia liberal. Mas, obviamente, por razões opostas. A burguesia, em seu conjunto, excetuando os democratas, embora estivesse plenamente de acordo com a frase de Barnave, acreditava, ao contrário dele e de uns poucos, que a guerra só iria contribuir para a estabilização da revolução. Tinham três bons motivos para desejá-la. O primeiro é que acreditavam sincera e romanticamente que a libertação da França era o primeiro

passo para o triunfo universal da liberdade e que, portanto, cabia a eles levar a liberdade a todos os povos que sofriam a tirania; o segundo é que a guerra ajudaria a resolver os numerosos problemas internos e canalizaria para fora o descontentamento popular (segundo o bem conhecido princípio, largamente utilizado, de que para acabar com as divisões internas, nada melhor do que criar uma ameaça externa) e, terceiro, a guerra era um negócio vantajoso, podendo render grandes benefícios econômicos. Naturalmente, a burguesia contava que a guerra seria breve e vitoriosa para a França. Exatamente o contrário do que esperava a extrema-direita, a qual apostava e trabalhava pela derrota da França. Para o rei e a aristocracia, incapazes por suas próprias forças de recuperar o poder, a guerra se afigurava como a grande esperança para o retorno ao Velho Regime. Como afirmou Luís XVI: "em lugar de uma guerra civil, esta será uma guerra política" e a rainha Maria Antonieta: "Os imbecis! (referindo-se aos deputados girondinos partidários da guerra) Não vêem que nos servem!" O rei e a aristocracia não hesitavam em trair a pátria, a nação. E, na verdade, para eles não se tratava de traição, pois, se há um sentimento estranho à nobreza e ao Absolutismo, em geral, é o sentimento nacional. O fato do Absolutismo ter criado grandes unidades políticas (Estados "nacionais") não significa que sua motivação tivesse sido o nacionalismo. Este, como se sabe, é filho da burguesia, por isso foi com a Revolução Francesa que ele nasceu e se difundiu. Daí a identificação natural entre nação

e revolução que se transformará numa das grandes forças ideológicas do mundo contemporâneo. Para a nobreza, o que contava em primeiro lugar era a solidariedade de sangue, daí o apelo à aristocracia européia.

Girondinos e jacobinos formavam os dois partidos em que se dividia a burguesia ainda favorável à revolução. Depois da fuga do rei (junho de 1791), o antigo Clube dos Amigos da Constituição, que agrupava os deputados liberais e democratas (e que se reunia no Convento dos Jacobinos), dividiu-se em dois com a saída dos liberais conservadores que queriam a monarquia e o compromisso com a aristocracia. A seguir, por causa da guerra, houve uma nova divisão e os liberais de esquerda (vamos chamá-los assim para contrapô-los aos liberais conservadores), partidários do conflito, também deixaram o Clube, já agora conhecido pelo nome de Clube dos Jacobinos. A partir deste momento, os que saíram passaram a ser conhecidos pelo nome de brissotinos (de um de seus líderes, Brissot) e mais tarde pelo de girondinos (da província da Gironda, pois muitos de seus líderes eram provenientes deste local), e os que ficaram, os democratas, eram, naturalmente, os jacobinos.

Os girondinos, oradores brilhantes e partidários apaixonados da guerra, conseguiram envolver quase toda a Assembléia Nacional e a Nação em geral num clima de entusiasmo a favor do conflito. A tal ponto que Robespierre, líder dos jacobinos e inimigo igualmente apaixonado da guerra (pelo menos naquele

momento e naquelas condições), ficou praticamente sozinho, com poucos seguidores. Além dele, só o grupo do triunvirato, de Barnave, se opunha à guerra, pressentindo seus perigos. Mas quem realmente percebeu em toda a sua extensão e com uma clareza extraordinária o que a guerra significava foi Robespierre. Num discurso dirigido aos jacobinos em janeiro de 1792 ponderava que: "A idéia mais extravagante que pode nascer na cabeça de um político é a de acreditar que basta a um povo entrar no território de outro, de armas na mão, para fazê-lo adotar suas leis e sua constituição. Ninguém ama os missionários armados... Antes que os efeitos de nossa revolução se façam sentir no exterior é preciso consolidá-la (internamente). Querer levar a liberdade aos países estrangeiros antes de havê-la nós mesmos conquistado é assegurar ao mesmo tempo nossa servidão e a do mundo inteiro... Pôr ordem nas finanças, conter as malversações, armar o povo e a Guarda Nacional, fazer tudo o que o governo pretendeu impedir até agora..."

Ora, a guerra, uma vez iniciada, tomou um rumo contrário tanto aos planos da extrema-direita quanto da esquerda moderada (tal como previra Robespierre), pois, ao mesmo tempo em que se transformou num conflito revolucionário incontrolável, envolvendo praticamente toda a Europa, agravou os problemas internos não resolvidos, radicalizando a luta de classes. Por outras palavras, a guerra misturou-se à revolução e ambas passaram a se alimentar uma da outra.

Bastaram três meses de guerra para a situação da França se agravar: ao mesmo tempo que os exércitos inimigos (auxiliados pela contra-revolução interna: o rei passava informes ao estrangeiro, os exércitos, nas mãos dos generais aristocratas, não lutavam) invadiam seu território, o descontentamento popular crescia em intensidade. Em julho, a Assembléia Nacional viu-se obrigada a decretar a pátria em perigo, permitindo, finalmente, que os cidadãos passivos se armassem e entrassem na Guarda Nacional (reservada apenas a cidadãos ativos). Aos olhos dos *sans-culottes*, da pequena burguesia e até mesmo dos camponeses, estava claro que a Corte e os aristocratas eram aliados dos inimigos externos e que ambos precisavam ser derrotados para a revolução e a nação se salvarem. Neste momento cristalizou-se em definitivo a identificação entre nação e revolução. Lutar por uma era lutar pela outra e vice-versa. Por outro lado, três anos de revolução haviam possibilitado o desenvolvimento de uma intensa politização da sociedade e criado uma rica prática política. Assim, quando a Assembléia decretou a pátria em perigo, fazendo apelo a todos os cidadãos para defendê-la, os *sans-culottes* e a pequena burguesia passaram à ofensiva. Em meio a um forte sentimento nacional, exacerbado pelo medo da conspiração interna, batalhões de federados (guardas nacionais das províncias) dirigem-se à capital para defendê-la. Um deles, o de Marselha, marcha entoando o *Canto de guerra para o exército do Reno*, de Rouget de Lisle, mais tarde transformado em hino nacional. Em Paris, os *sans-*

culottes (organizados nas seções de bairros) e os jacobinos redigiam manifestos e petições à Assembléia exigindo a deposição da monarquia e o sufrágio universal. Em julho, enquanto 47 das 48 seções em que se dividia a capital se manifestavam pela queda da monarquia, Robespierre, vendo os girondinos negociar com a Corte, denunciou o "jogo concertado entre a Corte e os intrigantes do Legislativo" e reclamou sua dissolução imediata e substituição por uma Convenção que reformaria a Constituição. Finalmente, quando, a 1 de agosto, Paris tomou conhecimento do manifesto assinado por Brunsvick, comandante dos exércitos alemães, a pedido da rainha, para assustar os revolucionários, ameaçando entregar a capital "a uma execução militar e a uma subversão total" se se fizesse "o menor ultraje" à família real, a população reagiu com a insurreição de 10 de agosto. O rei foi feito prisioneiro e a Assembléia obrigada a se dissolver.

A revolução de agosto de 1792 foi o resultado simultâneo de um movimento de massas, a nível nacional, espontâneo e irresistível e de um movimento preparado (com organização e direção políticas) pelos jacobinos em aliança com os *sans-culottes*. Enquanto os primeiros forneceram "um método e uma organização que, canalizando e orientando a energia revolucionária das massas, multiplicava sua eficácia" (Soboul), os segundos forneceram "a principal força de choque da revolução, eram eles os verdadeiros manifestantes, agitadores e construtores de barricadas" (Hobsbawn).

A República Democrática e a Convenção Nacional: 1792-1794

Com a aliança entre jacobinos e *sans-culottes*, a revolução dava um passo à frente, à esquerda, ganhando uma nova forma política e um novo conteúdo social. Transformava-se, tal como previra Barnave, numa República Democrática. Em setembro de 1792, reuniu-se a Convenção Nacional e em suas primeiras sessões, por unanimidade de votos, extinguiu a monarquia, proclamou a República Una e Indivisível e aprovou um novo calendário (cujo marco zero era a República). O clima político em Paris era de exultação e pânico ao mesmo tempo: enquanto os *sans-culottes* armados desencadeavam o primeiro Terror (com os massacres de setembro), na frente de batalha o exército prussiano e emigrado era detido em Valmy e o perigo externo momentaneamente afastado. Os 750 deputados da Convenção eram todos partidários da revolução, mas, enquanto apenas uma minoria, à esquerda, seguia os jacobinos (eram os deputados da Montanha), a maioria, o centro, formando a chamada Planície (ou Pântano), seguia os girondinos à direita. A luta entre girondinos e jacobinos, após uma breve pausa, prosseguiu e se intensificou, até se transformar numa verdadeira guerra, passando do plano verbal (político-ideológico) ao plano armado (junho de 1793). O conteúdo da rivalidade que separava girondinos e jacobinos era tanto político-ideológico quanto social. Esquemati-

amente, pode-se afirmar que, enquanto os girondinos eram liberais, agrupavam e representavam os interesses da burguesia de negócios, comerciantes, armadores, banqueiros, etc., os jacobinos eram democratas, agrupando e representando os interesses da média e pequena burguesia de profissionais liberais, funcionários, lojistas, etc.

Por terem maioria na Convenção, os girondinos passaram a exercer o novo governo. De início a situação parecia favorável a seus propósitos. Em novembro, os exércitos franceses derrotaram os austríacos e, surpreendendo toda a Europa, penetraram na Bélgica. Mas a política contraditória dos girondinos, belicosos e revolucionários no plano externo e moderados e conservadores no interno, foi incapaz não só de manter estas conquistas como pôs tudo a perder. Em 1793, seu belicismo irresponsável arrastou a Inglaterra no conflito e desde então praticamente toda a Europa entrou em guerra contra a França. Ora, apesar de terem que enfrentar esta formidável coligação de exércitos inimigos, os girondinos queriam manter a guerra separada dos problemas internos. Não se davam conta de que esta não era uma guerra convencional, mas revolucionária, e que portanto exigia medidas revolucionárias. No plano interno, a situação era ainda mais difícil. Enquanto os *sans-culottes* exigiam o tabelamento e controle dos preços, a requisição de gêneros, o recrutamento geral e o Terror contra os especuladores e traidores, os camponeses continuavam a reivindicar a abolição pura e simples de todos os restos de feudalismo e os mais

radicais a exigir a lei agrária: a divisão e distribuição gratuita das propriedades.

Presos a seus preconceitos de classe (burgueses), a um liberalismo intransigente, os girondinos se recusavam a tomar as medidas de exceção que a gravidade da situação exigia: recrutamento geral, economia de guerra e o Terror contra os inimigos. Se o fizessem iriam ao encontro das exigências reclamadas pelos jacobinos e *sans-culottes*, o que para eles era a capitulação à democracia, ou, como pensavam, à anarquia social. Eram tão inimigos da democracia quanto do Velho Regime. Três episódios contribuíram para a sua desmoralização e queda: o julgamento e execução do rei (janeiro de 1793), a traição do comandante dos exércitos republicanos, general Dumouriez, e a vitória da contra-revolução na província da Vendéia. Numa última tentativa para se manterem no poder, procuraram jogar as províncias contra a capital, totalmente controlada pelos jacobinos e *sans-culottes*, mas foram derrubados do poder e expulsos da Convenção em 2 de junho de 1793 por uma insurreição articulada por estes últimos. Quando deixaram o poder, a situação da França era gravíssima: a guerra, a contra-revolução, a especulação, a inflação e a carestia, esta era a herança que deixavam. Para se ter uma idéia da extensão do desastre a que os girondinos, com sua política absurda e hesitante, tinham levado o país, basta que se diga que dos 80 departamentos em que se dividia a França, 60 estavam nas mãos da contra-revolução e dos exércitos inimigos.

Contudo, apenas um ano depois, o governo revolucionário, criado pelos jacobinos, se encontrava firmemente estabelecido em todo o território nacional e a guerra já se fazia na Bélgica, fora da França. Como esta surpreendente e rápida reviravolta na situação tinha sido possível? Tinha sido possível porque, como salientou o professor Hobsbawn, "no decorrer da crise, a jovem República Francesa descobriu ou inventou a guerra total: a total mobilização dos recursos de uma nação através do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra rigidamente controlada, e da virtual abolição em casa e no exterior da distinção entre soldados e civis". E graças ao Terror e à Ditadura. Com essas medidas a energia revolucionária das massas atingiu uma tal intensidade que se tornou verdadeiramente irresistível. Pela primeira vez acontecia na história aquilo que no mundo contemporâneo se repetirá com certa frequência: a combinação da revolução com guerra, transformando a revolução numa força invencível. Para citar alguns exemplos mais conhecidos: a Rússia em 1917, a Iugoslávia e China durante e após a Segunda Guerra e mais recentemente o Vietnã.

Os jacobinos, ao assumirem o poder, souberam canalizar todo o potencial e a energia revolucionária das massas, porque tiveram a sensibilidade política de perceber que, sem a participação dos *sans-culottes* e o atendimento às suas reivindicações, a guerra não podia ser ganha e a revolução ser salva. Não vacilaram em pôr em prática os únicos instrumentos políticos que naquele momento podiam manter a

unidade nacional em frangalhos: o Terror e a Ditadura. Com efeito, como conseguir impor, de um lado, o controle geral dos preços, o racionamento, o recrutamento geral, numa palavra, a economia de guerra, e, de outro, como conseguir a eliminação da contra-revolução interna, sem o Terror e a Ditadura?

Para a burguesia, conservadora e liberal, o Terror aparece como um fenômeno senão anormal (patológico, apocalíptico), pelo menos desnecessário e moralmente condenável. Mas esta atitude é, no mínimo, profundamente hipócrita, pois condena a violência revolucionária, como se esta fosse a única, e silencia sobre a violência da "normalidade", do cotidiano. Isto para não mencionar a violência contra-revolucionária; do Terror branco praticado pela burguesia durante a República Termidoriana (1794-99), em 1848, na Segunda República, e em 1871, contra a Comuna de Paris.

O governo jacobino, tal como foi precisado por Robespierre e Saint-Just, era um governo revolucionário, um governo de guerra: "a revolução é a guerra da liberdade contra seus inimigos". Para atuar seu programa, os jacobinos contavam com os poderosos Comitês de Salvação Pública e de Segurança Geral, e o apoio da Convenção que permanecia como o centro do poder, como o poder soberano. Os comitês só eram responsáveis perante a Convenção, ou seja, eram os braços que executavam a sua vontade. Como o governo foi declarado revolucionário até que a paz fosse alcançada, a Constituição aprovada em 1793 foi

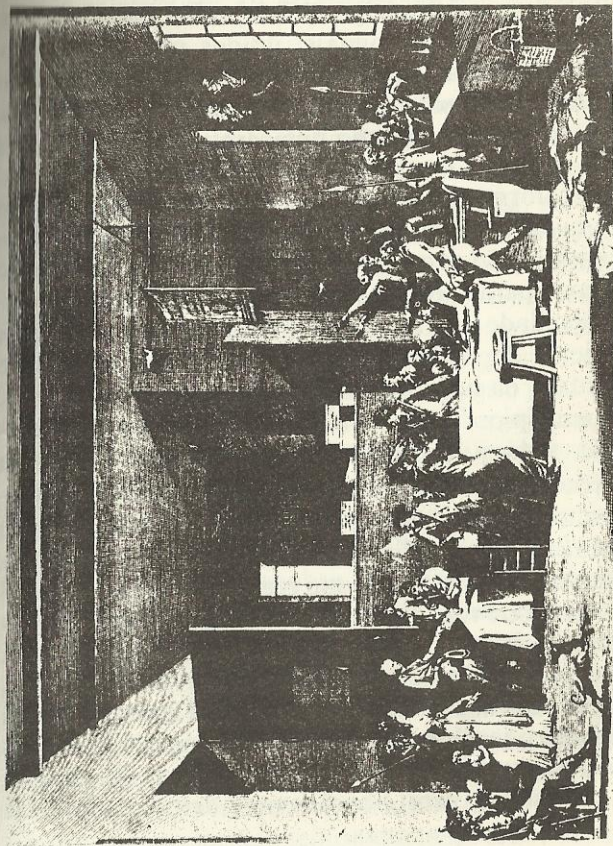
mantida em suspenso, mas seu espírito democrático e igualitário e alguns de seus dispositivos foram postos em prática. Todos os vestígios do feudalismo foram abolidos sem indenização, as propriedades dos nobres emigrados confiscadas, divididas em parcelas e vendidas aos camponeses pobres a preços facilitados (também a escravidão foi abolida nas colônias francesas). Graças a estas medidas em favor dos camponeses, ao atendimento das exigências dos *sans-culottes* e ao apoio "forçado" da burguesia ainda fiel à revolução (obtido tanto pelo Terror quanto pela compreensão de que só com um governo revolucionário, como o dos jacobinos, com todos os seus inconvenientes, poderia se impedir o retorno ao Velho Regime), os jacobinos mantiveram a ferro e fogo a união das três classes do antigo Terceiro Estado.

Encarnando a vontade nacional, no momento do perigo, os jacobinos puderam eliminar a contrarrevolução, afastar a ameaça externa e consolidar a revolução.

Ora, no exato momento em que seu poder parecia consolidado, eles foram derrubados. Que os girondinos tenham sido derrubados por causa do fracasso de sua política parece mais do que natural. Mas que os jacobinos o tenham sido por causa de seu sucesso, parece, à primeira vista, surpreendente. E no entanto foi o que aconteceu, pois o sucesso de sua política eliminava as causas de sua ascensão e permanência no poder. O governo jacobino representava uma aliança de classes sociais, cuja manutenção só podia existir e se manter em condições excepcionais e

com medidas excepcionais, uma vez que seus interesses econômicos, sociais e políticos não eram, naturalmente, os mesmos, pelo contrário, conflitavam entre si.

Quando a burguesia, que não se deve esquecer, tinha maioria na Convenção, viu a revolução consolidada, não estava mais disposta a tolerar o Terror, a economia controlada, etc. Os camponeses, depois de satisfeitas suas exigências, não só deixaram de ser uma força revolucionária, como estavam descontentes com a política de racionamento e requisição que lhes arrancava a produção (sem dar-lhes lucros) para abastecer as cidades. Ora, enquanto o radicalismo político dos *sans-culottes* foi acompanhado pelo do campo, foi uma força irresistível, imbatível; uma vez perdida esta retaguarda, a partir de 1794, estava fadado ao malogro. O *sans-culottismo*, cuja expressão política foram os *enragés* (enraivecidos), queria a permanência e a extensão de toda a política revolucionária: mais terror, mais taxaço, descristianização (que conduzia ao ateísmo e escandalizava até mesmo os jacobinos), democracia direta (eleições por aclamação, revocabilidade dos mandatos, etc.), pois só assim assegurariam o atendimento de seus interesses econômicos e sua participação no poder. Embora anticapitalistas e antiliberais (eram partidários da igualdade entre os indivíduos, odiavam os ricos, a desigualdade social), os *sans-culottes* não se constituíam numa alternativa à sociedade burguesa e capitalista (sua visão política tinha como premissa uma sociedade de pequenos produtores independentes).



Cenas de um Comitê Revolucionário.

Quanto ao jacobinismo, seu ideal político, inspirado em Rousseau, era o da República Una e Indivisível, democrática e igualitária, onde todos os cidadãos seriam livres e iguais, unidos pelos ideais comuns da justiça, da virtude e do amor à pátria e às suas leis. Inclusive a prática da virtude, “princípio fundamental do governo democrático”, constituía a única garantia de que o governo revolucionário não se transformaria em despotismo. Ao contrário dos *sans-culottes*, viam os instrumentos do governo revolucionário não como um fim em si mesmo, mas como um meio para salvar a República. Embora não tivessem vacilado em recorrer a eles, eram partidários convictos do poder representativo, da propriedade privada e da economia de mercado, numa palavra, dos princípios fundamentais do liberalismo. Expressando toda a contradição da pequena burguesia (prensada entre a burguesia e o proletariado), o jacobinismo queria realizar a sociedade democrática e igualitária sobre os fundamentos da propriedade e da economia burguesa. Porque era democrático, o jacobinismo pôde realizar a aliança com os *sans-culottes* e atender às suas exigências e, porque era liberal, pôde preservar a burguesia ao lado da revolução, assegurando seu caráter burguês. Em suma, por um momento o jacobinismo realizou a junção entre duas paralelas que no século XIX, mais ainda do que no XX, não se tocavam: liberalismo e democracia. Mas por um momento apenas.

A República Termidoriana e o Golpe de 18 Brumário: 1794-1799

Pouco antes de sua queda, em julho de 1794, justamente quando colhiam os frutos de seu êxito, os líderes jacobinos, sobretudo Robespierre, tinham eliminado primeiro a extrema-esquerda, na figura dos *enragés* (Hebért e outros), depois a direita, na figura dos indulgentes (Danton, Camille Desmoulins, etc.). Com isso alienaram-se do apoio dos *sans-culottes* e dos deputados da Convenção. Começava o refluxo revolucionário. A apatia das massas, provocada tanto pela exaustão e dizimação de seus quadros (mortos em combate ou guilhotinados) quanto pela burocratização e esvaziamento dos seus organismos de participação política (as seções, etc.) e pelo controle e centralização impostos pelo Comitê de Salvação Pública, congelou a revolução, como o havia previsto Saint-Just. Em 27 de julho, 9 Termidor, a Convenção, numa rápida manobra, derrubou Robespierre e seus seguidores. No dia seguinte eram executados.

Com o Termidor desaparece a imagem e o conteúdo da República igualitária e democrática. A primeira consequência da queda dos jacobinos foi a extinção do Terror. O controle dos preços foi abolido e a legislação social dos jacobinos abandonada. Os girondinos sobreviventes voltaram a fazer parte da Convenção, ao mesmo tempo que dela eram expulsos dezenas de montanheses. Dominada pelos moderados, o centro ou o pântano, a Convenção termido-

riana foi assumindo posições políticas cada vez mais conservadoras. As sociedades populares e os clubes políticos foram dissolvidos. A Convenção permitiu que a *jeunesse dorée* (filhos dos burgueses ricos) se entregasse à caça dos jacobinos. A volta ao liberalismo econômico causou uma pavorosa miséria durante o inverno de 1794-95. A miséria das massas contrastava com a exibição de luxo e riqueza à que a burguesia se entregava: com o fim do Terror, especuladores, traficantes, agiotas, etc. podiam respirar aliviados, a guilhotina não ameaçava mais suas cabeças.

Por três vezes consecutivas, março, abril, maio de 1795, os *sans-culottes* se revoltaram em novas jornadas populares contra a política da Convenção Termidoriana e numa delas chegaram a invadir a Convenção. Mas nas três vezes foram facilmente derrotados. Sem liderança e sem apoio do campo, o movimento popular e democrático estava definitivamente isolado e derrotado. Seu reaparecimento político só se dará em 1830 com a Revolução de Julho. Entretanto, alguns jacobinos sobreviventes tentaram em 1796 organizar uma conspiração, a chamada Conspiração dos Iguais, liderada por Graco Babeuf, um ex-jacobino. Descobertos antes de defragá-la, todos os seus membros foram executados, com exceção de Buonarrotti, que conseguiu escapar e posteriormente, no exílio, escreveu a história do movimento. A importância histórica de Graco Babeuf e sua Conspiração dos Iguais deve-se não ao perigo que representava para a Convenção, mas aos métodos de ação e ao

conteúdo de seu programa, que eram novos. Rompiá com o Jacobinismo e o superava. Representa a primeira tentativa, embrionária, é certo, de criação de um partido de vanguarda e de uma sociedade comunista (concebida em bases rurais, camponesa).

Em 1795, antes de se dissolver, a Convenção Termidoriana entregava à França uma nova constituição (a terceira da revolução). Embora mantivesse a República, esta constituição era menos liberal que a de 1791. Dividia o poder legislativo em duas casas: Conselho dos 500 e Conselho dos Anciãos (250 deputados) e entregava o executivo a um colegiado de 5 Diretores (daí o nome de Diretório dado ao regime criado pela constituição de 1795). Os direitos políticos foram reservados estritamente à burguesia, através de um severo critério censitário (só os cidadãos proprietários podiam votar). Embora a revolução estivesse terminada, os historiadores consideram a República Termidoriana ou o período do Diretório como parte da revolução, porque a burguesia termidoriana (e a palavra Termidor indica reação à revolução) foi incapaz de estabilizar-se no poder.

No plano interno, toda vez que a esquerda se manifestava e era reprimida, a direita (os realistas) ganhava alento e conspirava. Quando o Diretório reprimia os partidários da monarquia, a esquerda novamente levantava a cabeça, sempre alimentada pela penúria. E assim sucessivamente. Este ziguezague político à direita e à esquerda refletia tanto a falta de sustentação social do regime — apenas a burguesia o apoiava — quanto sua incapacidade em resolver a

crise econômica e financeira. No plano externo, ao mesmo tempo que mantinha a guerra fora da França, o Diretório mostrava-se incapaz de terminá-la e cada vez mais o exército mantinha-se por seus próprios meios, pois o regime não tinha recursos para sustentá-lo. Ao mesmo tempo que o exército fazia sua própria política de guerra, independente das decisões do Diretório, sua presença tornava-se cada vez mais necessária para garantir a ordem interna. Nestas condições era inevitável que através de algum general ambicioso o exército tomasse o poder. O clima para o golpe já estava pronto quando o jornal conservador *Monitor*, em 14 de novembro, poucos dias antes do golpe do general Bonaparte, escrevia: "A França (leia-se a burguesia) quer alguma coisa de grande e de durável. A instabilidade a perdeu, é a constância que ela invoca... Ela quer a unidade na ação do poder que executará as leis".



A REVOLUÇÃO INGLESA (1640-1660)

Três expressões já consagradas historicamente, A Grande Rebelião, A Revolução Puritana e A Guerra Civil são lembradas, sempre que se pensa na Revolução Inglesa do século XVII. Se a elas juntarmos a da República de Cromwell e a da Restauração, estamos desde logo indicando os componentes básicos e as etapas percorridas por esta revolução. Com efeito, A Grande Rebelião (1640-42) designa a revolta do Parlamento contra a Monarquia Absolutista, após uma prolongada disputa pela posse da soberania, isto é, da direção política do Estado. A Revolução Puritana designa tanto os conflitos religiosos entre a Igreja Anglicana e a ideologia puritana-calvinista — quanto uma das bases intelectuais do processo revolucionário. A Guerra Civil (1642-48) indica que o confronto entre o Parlamento e a Monarquia, exacer-

bado pelas divergências religiosas, terminou em enfrentamento armado. A República de Cromwell (1649-58) aponta para o desdobramento lógico do processo, fruto da criação de um exército revolucionário (*New Model Army*), e do aparecimento da ideologia política radical dos Niveladores (*Levellers*), que conduziu ao julgamento e execução do rei e à proclamação da República (*Commonwealth*). A Restauração (1660), por sua vez, aponta para o encerramento e os limites da revolução.

Ora, o pano de fundo explicativo de todo este processo se encontra fora dos títulos acima mencionados e é por ele que começaremos nossa abordagem da revolução inglesa

As transformações Econômico-sociais

Durante os séculos XV e XVI a Inglaterra passou por grandes e decisivas transformações econômicas. Alguns historiadores chegam mesmo a sustentar a tese de que o país teria atravessado uma revolução industrial nos cem anos que precederam a revolução (1540-60). Com efeito, a Inglaterra passou a ter, neste período, a maior indústria têxtil da Europa e a produzir mais de quatro quintos de todo o carvão do continente. Sua indústria naval e seu comércio marítimo eram apenas inferiores aos da Holanda, a grande potência naval e comercial da época.

A indústria têxtil, para fugir às restrições impostas pelas corporações urbanas, aferradas a seus privilégios e tradições, havia se espalhado pelas aldeias dando início ao chamado sistema de produção doméstica (*putting-out*). Neste sistema, embora a técnica de produção permanecesse ainda artesanal, existia já uma divisão (especialização) do trabalho e o capital dominava a produção (o produtor perdeu sua independência, tornando-se um tarefeiro assalariado). Por sua vez o carvão servia de base a toda uma série de indústrias, novas e velhas, as quais, como o carvão, exigiam a inversão de enormes somas de capital. Ao mesmo tempo, as construções navais se desenvolviam rapidamente com o comércio interior e exterior. No campo, o desenvolvimento, no sentido capitalista, também era intenso, estimulado tanto pelos negócios da lã quanto pela criação de um mercado para os produtos agrícolas. Em conseqüência, se o comércio era até bem pouco a única atividade econômica sob domínio do capital, agora também a indústria e a agricultura começavam a ser por ele dominadas. Enquanto na primeira a produção deixava de ser artesanal para se tornar capitalista, na segunda, a produção de subsistência cedia lugar a uma agricultura comercial. Assim, a partir de uma expansão do mercado interno e de uma crescente divisão do trabalho, havia se originado no interior de uma estrutura econômica ainda feudal um incipiente mas dinâmico núcleo capitalista. Londres era o centro deste núcleo e seu grande crescimento tinha-a transformado na maior cidade da Europa.

Naturalmente, todo este processo de desenvolvimento econômico repercutiu profundamente na estrutura social do país, alterando-a de cima a baixo. As rápidas mudanças econômicas, de um lado, e a inflação, de outro (no século XVI não apenas a Inglaterra mas toda a Europa sofreu a famosa “revolução dos preços”, provocada em grande parte pelo afluxo maciço de prata e ouro americanos), provocaram uma grande redistribuição de renda de uma classe à outra e um intenso processo de mobilidade social. O historiador Lawrence Stone, estudioso do período, assim descreve o que se passou na Inglaterra: “nos fins do século XVI a terra passou das mãos da alta aristocracia à gentry (pequena e média nobreza rural), e das mãos de uma multidão de arrendatários e jornaleiros, emparedados entre preços e rendas em alta inflacionista e salários estancados, às dos camponeses proprietários e terratenentes (yeomen). A terra também passou aos comerciantes, sobretudo aos pequenos (cujas margens de lucro aumentavam com a inflação) e aos mercadores mais ricos (que exploravam lucrativos monopólios comerciais). Por outra parte, também cresceram notavelmente o número e a fortuna dos juristas de prestígio. Em resumo, o que se produziu foi um deslocamento maciço das riquezas da Igreja e da Coroa, e das pessoas muito ricas ou muito pobres, para as mãos da classe média e da classe média alta”.

Como se verifica claramente pelo texto citado, todas as mudanças sociais que estavam transformando a sociedade inglesa da época tinham por base

a terra, sua posse e seu uso. A propriedade da terra, ainda a principal forma e fonte de riqueza, dava a quem a possuía prestígio social (*status*) e poder (político). Por isso as pessoas ligadas ao mundo dos negócios, às atividades urbanas, investiam suas fortunas na aquisição de propriedades rurais. Na Inglaterra, como de resto em todo o continente, havia uma verdadeira compulsão, por parte da burguesia, para adquirir terras. E durante o século XVI houve, na Inglaterra, um verdadeiro *boom* no mercado de terras. Entretanto, aqui, este fenômeno, ao invés de provocar uma refeudalização, como aconteceu na França, acelerou a desintegração da propriedade e das relações feudais. A existência de uma agricultura comercial, com características capitalistas, e de uma nobreza com mentalidade empresarial acabaram transformando a terra numa mercadoria, como outra qualquer, que se comprava e vendia livremente.

Na hierarquia social inglesa, a *gentry* formava uma nobreza de *status* mais do que de sangue. Seus membros, os *gentlemen*, eram proprietários de terras, mas muitos tinham suas origens e suas fortunas ligadas a outros setores que não a terra. Distinguiam-se dos plebeus pelo direito de usar brasão (que podia ser comprado). Assim, todos quantos acumulavam riqueza (comerciantes, manufatureiros, traficantes, etc.) e posição (funcionários, advogados, juristas) podiam, ao comprarem terras, fazer-se membros da *gentry*. De maneira que, apesar da *gentry* se constituir numa classe rural, conexões de todo tipo, como origem, casamento, negócios, etc., ligavam seus

membros ao mundo urbano do comércio, da indústria e da administração. Nesta época de mudanças, embora nem todos os membros da *gentry* prosperassem, a maioria, como o indicou L. Stone, elevou sua condição. Na verdade, a maioria dos que, no campo, ostentavam mentalidade empresarial pertenciam à *gentry*.

Acima da *gentry*, ocupando o topo da hierarquia, estavam os pares, a alta nobreza ou aristocracia. Grandes proprietários de terras, eram os únicos que ainda gozavam de privilégios legais. Entre os pares, apenas os filhos primogênitos herdavam os títulos e os privilégios do nome, ao passo que os demais passavam a integrar a camada mais alta da *gentry*. Frente às mudanças econômicas em curso, enquanto alguns se adaptavam à nova situação, o que implicava em se dedicar ao mundo dos negócios e neles fundamentar sua riqueza, a maioria mostrava-se incapaz de fazê-lo, aferrada que estava à vida perdulária da Corte e às concepções feudais.

Um traço distintivo do conjunto da nobreza inglesa, que a diferenciou de suas congêneres européias e que desde sempre chamou a atenção dos historiadores, foi sua vocação ou aptidão para o comércio e a ausência do preconceito de desclassificação social tão marcante no caso da nobreza francesa. Duas circunstâncias explicam este comportamento. Por uma parte, a precoce desmilitarização da nobreza inglesa com relação à do continente. Como se sabe, na ordem feudal o lugar que a nobreza ocupava na sociedade definia-se pelas funções militares e estas eram

concebidas em oposição às tentações do dinheiro. Na Inglaterra, em 1500, todo par portava armas; no reinado de Elisabeth (1558-1603), somente metade dos membros da aristocracia tinham uma experiência de combate; na véspera da guerra civil, muito poucos nobres tinham algum passado militar. De outra parte, paralela a esta desmilitarização, ocorria o grande desenvolvimento dos negócios da lã e do comércio marítimo. Os nobres que se voltaram para estas atividades prosperaram, aqueles que não o fizeram se empobreceram e perderam suas terras para a *gentry*. Assim criou-se na Inglaterra uma aristocracia que não se reduzia aos pares, à alta nobreza. Nas palavras de Perry Anderson, autor do excelente livro *O Estado Absolutista*, a classe dos proprietários rurais: “era, em geral, civil por suas origens, comerciante por suas ocupações e plebéia por sua posição”. Em resumo, pode-se afirmar que na Inglaterra a classe proprietária de terras, ou seja, a aristocracia rural, ao mesmo tempo que se orientava para o capitalismo, não deixava contudo de preservar muito do estilo de vida nobre, senhorial. É isto que explica o fato de o país ter sido até o século XIX governado e dirigido por uma classe dominante que, embora se comportasse como capitalista, não constituía uma verdadeira burguesia, mas uma aristocracia senhorial.

Entre os camponeses, enquanto a camada mais rica dos pequenos e médios proprietários livres (*yeomen*) prosperou, a maioria, constituída de arrendatários e jornaleiros, caiu no pauperismo. Expulsos

das terras que ocupavam como foreiros, privados do direito ao uso das terras comunais, quando não conseguiam arranjar trabalho como jornaleiros, ou passavam a viver da assistência paroquial das aldeias, ou vagavam pelos campos, invadiam as cidades, engrossando o contingente de vagabundos e, como tal, ferozmente perseguidos. Foram as principais vítimas do desenvolvimento econômico, do conhecido processo de cercamento das propriedades (*enclosures*) o qual, uma vez iniciado, no século XVI, continuou de forma intermitente e espasmódica até meados do século XIX. Os cercamentos quase sempre contaram com o apoio do Parlamento, a omissão da Coroa e foram praticados por todas as classes proprietárias, inclusive, e não menos, pelos camponeses ricos, os *yeomen*. Uma vez posto em movimento este processo contínuo de desarticulação da comunidade aldeã, que separava o camponês da terra, marcando a moderna história rural inglesa, fez com que o país fosse o primeiro a não possuir, desde o século XIX, uma classe camponesa. Aí está a razão do campesinato inglês ter deixado de ser desde muito bem cedo uma força política. Na primeira metade do século XVII, enquanto no continente as massas camponesas estavam em revolta por toda parte (Rússia, Itália, Espanha, França), na Inglaterra, em plena revolução, o campesinato foi uma classe politicamente ausente.

Nas cidades, sobretudo em Londres, existia, tal como na França, de um lado, uma poderosa e rica burguesia mercantil e, de outro, um numeroso contingente de trabalhadores urbanos e também de de-

serdados. Entretanto, ao contrário do vizinho continental, na Inglaterra apenas uma pequena fração da burguesia, sobretudo aquela ligada ao comércio do além-mar, dependia dos monopólios e da proteção da Coroa para a realização de seus grandes lucros. Os manufatureiros e os comerciantes ligados ao setor interno não só eram independentes do Estado, como se sentiam tolhidos pela política de monopólio e regulamentação da Coroa nas suas atividades. Por isso eram contrários à interferência do Estado na economia e partidários da liberdade de produção e comércio.

A Monarquia, o Parlamento e a Reforma

Quando a dinastia Stuart subiu ao trono em 1603, recebeu como herança da dinastia anterior, Tudor (1485-1603), um Estado que, embora tivesse acompanhado o processo de centralização e fortalecimento do poder monárquico que se verificou em toda a Europa durante o Renascimento (séculos XV e XVI), havia fracassado na consecução dos três instrumentos básicos, necessários à sua plena efetivação: exército permanente, autonomia financeira e burocracia (corpo de funcionários dependentes do Estado e a ele fiéis). Não bastasse isso, os reis Stuart receberam também, como herança, um Parlamento ampliado em seu número e fortalecido em seu poder

e uma Igreja Reformada, a Igreja Anglicana, incapaz de controlar e abrigar em seu seio os poucos católicos à direita e os numerosos puritanos à esquerda. Ora, todos estes elementos negativos às pretensões absolutistas dos dois primeiros reis Stuart, Jaime I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649), tiveram, em grande parte, sua origem e cristalização, paradoxalmente, nos reinados de Henrique VIII (1509-1547) e Elisabeth I (1558-1603), os monarcas mais poderosos de toda a história da Inglaterra. Vamos, então, verificar as razões, as circunstâncias históricas que explicam esta evolução particular da monarquia inglesa no exato momento em que no continente o Absolutismo consolidava sua posição.

Começamos pela questão da ausência de um poderoso e permanente exército. No reinado de Henrique VIII, a Inglaterra sofreu uma sucessão de desastres militares e um recuo diplomático catastrófico na posição de grande potência que o país havia desfrutado na Idade Média. No início dos tempos modernos a relação de forças entre as potências européias havia se alterado por completo e em detrimento da Inglaterra. Com a evolução na técnica e arte militar, as guerras do Renascimento exigiam cada vez mais a mobilização de grandes exércitos cuja manutenção, abastecimento e transporte tornavam seu custo exorbitante. Ora, no momento crítico da transição para o Absolutismo, enquanto para as monarquias continentais a constituição de poderosos exércitos era uma condição indispensável para sua sobrevivência, para a monarquia inglesa, graças à

sua posição geográfica insular, não era necessário nem possível construir uma máquina militar comparável à do Absolutismo francês e espanhol. Tampouco os Tudor dispunham naquele momento dos recursos econômicos e financeiros dos dois primeiros. De modo que, como observou Perry Anderson, “a monarquia inglesa tinha já perdido sua antiga importância militar na Europa, mas não havia ainda encontrado o futuro papel marítimo que lhe estava reservado”. Sem se dar conta desta mudança, Henrique VIII procurou a todo custo preservar a antiga posição da Inglaterra no continente. Na Idade Média, tanto a Espanha quanto, principalmente, a França, tinham sido vítimas das invasões inglesas em seus territórios. Agora, ambas disputavam entre si a hegemonia européia, centrada na posse da Itália e conseqüente influência sobre o Papado. Em três ocasiões, Henrique VIII envolveu-se nas disputas entre a dinastia Habsburgo (Espanha) e Valois (França), e em todas elas saiu derrotado (1512-14, 1522-25 e 1543-46). Havia perdido qualquer poder de interferência sobre os assuntos da Itália e da Igreja. Esta descoberta foi uma das razões que jogou o rei, o antigo “defensor da fé”, nos braços da Reforma.

Sua filha, a rainha Elisabeth, cujo governo foi marcado por uma política externa menos ambiciosa, abandonou toda pretensão de manter um grande exército e realizar grandes façanhas, fixando-se na realização de objetivos bem delimitados e de caráter defensivo. De um lado, impedir a Espanha de reconquistar as Províncias Unidas, impedir os fran-

ceses de se instalarem nos Países Baixos e impedir a vitória da Liga Católica na guerra civil francesa. De outro, na guerra sem quartel travada com a Espanha, impedir que esta realizasse a invasão da ilha. Para sustentar estes objetivos não eram necessários grandes exércitos. A atenção foi toda dirigida à construção de uma grande esquadra naval, capaz de enfrentar o perigo espanhol. Com o desastre da Invençível Armada e com a conquista militar da Irlanda (a última que a Inglaterra realizaria na Europa) para evitar que a Espanha se utilizasse desse país católico como cabeça-de-ponte para uma nova tentativa de invasão, a ameaça foi definitivamente afastada.

As conseqüências desta mudança de rumo na política externa durante o reinado de Elisabeth foram enormes a longo prazo. Ao mesmo tempo em que o país se preparava para a futura hegemonia marítima, a desmilitarização precoce da nobreza inglesa reforçava a tendência já em andamento, no interior da classe, no sentido do comércio, pois, agora, podia também dirigir seus interesses para a marinha. Na segunda metade do século XVI e primeira do XVII, enquanto a Europa esteve mergulhada em guerras civis constantes e na guerra dos Trinta Anos (1618-48), a Inglaterra conheceu e se beneficiou de um longo período de paz. Para ela, a violência militar circunscrevia-se, a partir de agora, fora dos limites de seu território, para além-mar. Mas a curto prazo as conseqüências das inúteis e custosas guerras em que Henrique VIII se envolveu também foram decisivas. Para sustentar seu esforço

de guerra o rei recorreu não apenas aos empréstimos forçados e à desvalorização da moeda como, o que é mais importante, viu-se obrigado a lançar no mercado os enormes fundos provenientes dos bens confiscados à Igreja durante a Reforma (1536-39) e que representavam um quarto das terras do reino. Ao se desfazer destes bens, a monarquia não só desperdiçava uma preciosa oportunidade para estabelecer uma base econômica sólida, independente dos impostos votados pelo Parlamento, como aumentava a força da *gentry*, os principais compradores das terras alienadas. No reinado de Elisabeth a situação, neste plano, manteve-se inalterada, pois, embora a rainha tivesse reduzido os gastos com o exército (em grande parte desmobilizado), a construção de uma poderosa marinha exigia enormes recursos. Por outro lado, os efeitos da revolução dos preços e da inflação diminuíram consideravelmente as rendas (fixas) da Coroa. Em consequência, seu governo continuou recorrendo à venda dos bens da Coroa e aos empréstimos do Parlamento. A outra fonte de recursos para o Estado consistia na concessão e venda de monopólios de comércio e indústria. Mas sua utilização, ao mesmo tempo que favorecia mais os grupos encastelados na Corte do que a própria monarquia, suscitava enorme oposição entre os grupos partidários da liberdade econômica. Os Tudor não conseguiram desenvolver fontes alternativas e permanentes de recursos, como o fizeram as demais potências européias. Por exemplo, o estabelecimento de um monopólio sobre algum mineral essencial. Como lembrou L. Stone: "o alume

era o principal suporte do Papado; o ouro e a prata, da Espanha; o sal, da França; e o cobre, da Suécia". Também não se criou no país um imposto, a nível nacional, como a talha real (imposto direto pago por todos os plebeus) na França. No caso desta última, a venda de ofícios proporcionou à monarquia tanto recursos financeiros suplementares quanto uma burocracia.

A burocracia era muito reduzida na Inglaterra. Embora os Tudor tivessem submetido a administração local a um certo controle, graças à interferência na escolha dos juizes de paz e vigilância sobre seu comportamento, não foram até a etapa decisiva. Esta consistia em substituir os juizes de paz (escolhidos em cada condado entre os proprietários locais) por seus próprios funcionários remunerados. Como isto não aconteceu, os juizes de paz expressavam, naturalmente, muito mais os interesses da aristocracia rural do que os da Coroa. Conseqüentemente a revolução político-administrativa empreendida pelos Tudor: criação de uma Administração central unificada, através do estabelecimento de novos tribunais judiciários (como a Câmara Estrelada) e órgãos políticos (como o Conselho Privado), ficou a meio caminho, justamente pela ausência de uma burocracia remunerada e vinculada ao Estado. Por outro lado, deve ser mencionado que na Inglaterra a existência de uma monarquia relativamente poderosa e centralizada na Idade Média e as dimensões territoriais reduzidas da ilha impediram o surgimento de potentes locais semi-independentes e de autonomias re-

gionais, como foi comum no continente. Nem os nobres eclesiásticos, nem as cidades, tinham na Inglaterra a autonomia e independência que gozavam em outros lugares da Europa. "A monarquia medieval na Inglaterra escapou, pois, ao duplo perigo (Igreja e Cidades) que ameaçava os governos unitários e aos quais os soberanos feudais da França, da Itália e da Alemanha foram confrontados" (Perry Anderson). Em suma, não existiam no país forças centrífugas ameaçadoras à unidade política e cuja submissão exigisse a constituição de uma poderosa máquina burocrática e militar. O único perigo, aquele representado pelas tendências anárquicas dos barões feudais, foi em grande parte eliminado, durante e logo após a guerra das Duas Rosas (1455-1485).

De certa forma, os mesmos fatores que durante a Idade Média permitiram à Inglaterra possuir um poder monárquico relativamente forte e centralizado, garantiram também a existência de uma Assembléia de vassalos, que logo se transformaria numa instituição coletiva e unificada da classe dirigente feudal da ilha — o Parlamento. Tanto no continente quanto na ilha a função originária destas Assembléias era aprovar, votar, em caráter extraordinário, medidas econômicas e/ou políticas para a monarquia. Neste sentido o Parlamento inglês não se diferenciava de seus congêneres europeus (Estados Gerais na França, Cortes na Espanha). Mas o que o transformou numa instituição particular, distinta das demais, foi, de um lado, o fato de que na Inglaterra só existia uma única assembléia deste tipo, coincidindo com as fronteiras

do país, e não várias, correspondendo cada uma às diferentes províncias; de outro, o fato de que no Parlamento inglês não existia a tradicional divisão ternária que havia no continente — clero, nobreza e burguesia. Por sua vez, o sistema de duas Câmaras — dos Lordes e dos Comuns —, que é um desenvolvimento posterior, ao invés de consagrar a divisão entre as três ordens, ou estados, estabelecia uma distinção no seio da própria nobreza. Enquanto a Câmara dos Lordes era reservada ao alto clero e à alta nobreza (os pares do reino), à Câmara dos Comuns pertenciam não apenas os burgueses das cidades, mas também a *gentry* do campo. Conseqüentemente a aristocracia rural dominava não só a administração local, através dos juizes de paz, como também o Parlamento. Uma prova do imenso poder que o campo e suas classes proprietárias desfrutavam é que muitas pequenas cidades se faziam representar no Parlamento por membros escolhidos entre os proprietários de terras. Finalmente, o Parlamento inglês, desde a Idade Média, gozou também da prerrogativa — negativa — de limitar o poder legislativo real: a partir de Eduardo I (1239-1307), nenhum monarca pôde decretar novas leis sem o consentimento do Parlamento. Por ocasião do avanço do poder real, durante a dinastia Tudor, o Parlamento conseguiu preservar tanto o direito de votar as leis quanto o de fazer aprovar os impostos. A frase do embaixador espanhol na Inglaterra em 1498, a respeito de Henrique VII: “gostaria de governar a Inglaterra à maneira francesa, mas não pode”, se aplica

igualmente a todos os soberanos subseqüentes. Henrique VIII e Elisabeth, sobretudo o primeiro, embora não fossem em absoluto reis constitucionais, eram obrigados a se utilizar de expedientes legais e constitucionais para exercer seu poder. E, enquanto no reinado de Henrique VIII as guerras e a Reforma obrigaram o rei a buscar no Parlamento sustento econômico e apoio político, fortalecendo-o, a rainha permitiu que o número de deputados subisse de 300 a 500 aproximadamente.

➔ No que se refere à Reforma, as razões que levaram Henrique VIII a realizá-la foram todas, basicamente, muito mais de caráter político do que religioso. Para consolidar o Estado Nacional, Henrique VIII (como os demais monarcas do período no continente) procurou submeter a força da religião e o poder da Igreja aos interesses do Estado. Para as monarquias absolutistas da época moderna, a Igreja era, ou deveria vir a ser, um verdadeiro aparelho ideológico do Estado realizando as funções de controle social e de legitimação política que hoje cabem à escola, televisão, propaganda, etc. Neste sentido constituía-se num quarto (ao lado dos outros três já examinados) e não menos importante instrumento do poder absoluto. Ora, também neste particular Henrique VIII e Elisabeth não foram bem-sucedidos, apesar dos esforços empreendidos na criação de uma Igreja Nacional consciente de si mesma e que unificasse o país em torno do rei. Como afirmou L. Stone: "Uma vez embarcado na Reforma, Henrique VIII descobriu que cavalgava sobre um tigre: depois

de tê-lo lançado à carreira, não podia controlar seus movimentos nem aprear-se". Isto porque a Igreja Anglicana, fundamentada numa idéia política (decorrente da necessidade de nacionalizar a Igreja, retirando-lhe o caráter supranacional imposto pelo Papado) e não religiosa (já que a Reforma tendia pela multiplicação das seitas à divisão política), permaneceu num meio termo perigoso entre o Catolicismo e o Protestantismo. Em consequência, o Anglicanismo viu-se obrigado a sustentar uma luta em duas frentes: contra o Catolicismo, porque o rompimento com ele tinha sido com o Papa e não com seus princípios, e o perigo de uma recatolização do país permanecia possível (daí a necessidade de uma luta constante contra o papismo); contra o Protestantismo, porque, não podendo satisfazer as necessidades de uma população (e de uma época) faminta de alimento espiritual (como o Protestantismo e a Contra-reforma o faziam), o Anglicanismo não podia impedir o crescimento do puritanismo, apesar de toda a repressão.

Depois da breve restauração do Catolicismo ordenada por Maria Tudor (1553-58), Elisabeth voltou ao Anglicanismo, mas, tal como o pai, manteve-o afastado de qualquer contato com as idéias protestantes. Embora convencida da importância da hierarquia da Igreja e da necessidade de sua subordinação ao Estado, a rainha não fez nada no sentido de dotar a Igreja Anglicana de meios econômicos e morais que a tornassem capaz de competir no domínio religioso com os católicos e os puritanos. Durante seu reinado, os bispos e o clero anglicano perderam

toda sustentação econômica e energia moral, caindo no mais amplo descrédito público. O vazio de zelo religioso que caracterizou a Igreja Anglicana, que não pregava nem fazia prosélitos, foi preenchido pelos católicos e principalmente pelos puritanos, cujo número crescia extraordinariamente. Por outro lado, a rainha, ao se negar a um compromisso com o grupo presbiteriano moderadamente reformista que aceitava a Igreja Anglicana desde que expurgada e purificada, ao mesmo tempo que exacerbou suas relações com o Parlamento, onde este grupo tinha grande influência, induziu muitos destes reformistas puritanos moderados a exigir mudanças radicais na Igreja. De modo que, embora a rainha tenha conseguido sufocar o movimento presbiteriano, o puritanismo sobreviveu intacto como força dissidente. Sobre o longo reinado de Elisabeth, aparentemente cheio de êxitos, pode-se afirmar que “alguns dos problemas dos Stuarts tinham sua causa direta no próprio êxito da política de Elisabeth. A rainha ganhou muitas batalhas, mas morreu antes de perder a guerra” (L. Stone).

A Política absolutista dos reis Stuart: 1603-1640

Jaime I e Carlos I governaram com base numa única diretriz: estabelecer na Inglaterra, como era a regra nas Cortes de toda a Europa da época, uma

verdadeira monarquia absolutista. Para tanto procuraram consciente e inconscientemente reverter aquelas tendências negativas examinadas anteriormente. Ambos fracassaram. Mas enquanto Jaime I, apesar de toda a oposição interna que sua política suscitou, conseguiu transmitir o cargo ao filho Carlos I, este mergulhou o país numa guerra civil e pagou com a vida sua determinação de governar como absolutista. O governo de Jaime I, com sua política de aproximação com a Espanha, suas tentativas fracassadas de criar uma base econômica independente (através da imposição de pesados impostos alfandegários, da criação de monopólios, procurando controlar determinadas indústrias), acompanhadas pela extravagância e corrupção da Corte, provocou violentas disputas com o Parlamento e suscitou enorme descontentamento entre a *gentry* e a burguesia urbana. E, se o confronto aberto com a oposição não aconteceu em seu reinado, nele amadureceram todas as contradições que no reinado de seu sucessor iriam se manifestar com toda a intensidade. Segundo L. Stone: “na década de 1620 a Inglaterra estava se encaminhando para uma situação de disfunção múltipla. Tanto o governo como a Igreja mostravam sua incapacidade para se adaptar às novas circunstâncias, às exigências das novas forças sociais e às novas correntes intelectuais. Nem um nem outro conseguiam satisfazer as aspirações políticas, religiosas e sociais de importantes setores de opinião entre a *gentry*, os mercadores, os juristas, o baixo clero, os *yeomen* e os artesãos”.

Antes de passar ao reinado de Carlos I, vamos examinar as três bases intelectuais da revolução que se aproximava, pois, como se sabe, sem idéias não há revolução. No caso da Inglaterra, estas idéias foram ganhando corpo justamente nas três primeiras décadas do século XVII e expressavam, no plano político e ideológico, tanto as transformações econômico-sociais quanto a reação à política absolutista dos reis Stuart. A primeira destas idéias tinha como foco o puritanismo. Embora o processo de sua difusão entre as classes sociais não seja ainda bem conhecido, não há dúvida de que sua penetração maior se verificou entre os grupos ligados à manufatura (sobretudo da produção de panos). O significado desta correlação entre puritanismo e manufatura (capitalismo) já é bem conhecido desde a famosa obra do sociólogo alemão Max Weber *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Aqui importa mencionar que o puritanismo também se difundiu intensamente entre a *gentry* e que seus praticantes desenvolveram a convicção da necessidade de uma independência de juízo baseada na consciência e na leitura bíblica. Neste sentido, subministrou à revolução um elemento essencial: o sentimento de certeza na retidão da causa da oposição e de indignação moral frente à realidade e corrupção da Igreja, da sociedade e do Estado. Além disso, o puritanismo ofereceu não só idéias e convicção moral, mas também, a partir do reinado de Elisabeth, direção e organização.

A outra vertente intelectual da revolução foi a do Direito Comum (*Common Law*). Na Inglaterra, ao

contrário do que ocorreu no continente (onde durante o processo de formação das monarquias nacionais buscou-se no direito romano a fonte e a justificação para o fortalecimento do poder real), graças em grande parte ao estabelecimento de uma precoce centralização monárquica a partir da invasão normanda do século XI, o direito romano não foi adotado. Mais tarde, embora os Tudor e Stuart tivessem introduzido novas instituições jurídicas inspiradas no direito romano, não conseguiram suplantá-lo o Direito Comum. Do ponto de vista jurídico, o conflito que se desenvolveu entre a monarquia e o Parlamento teve por base estes dois sistemas jurídicos. A vitória do Parlamento consagrou a vitória do Direito Comum. Mas no que consistia esta *Common Law*? Era o direito tradicional, consuetudinário, de caráter rural, que regulava as relações jurídicas entre a nobreza e os camponeses e as formas de propriedade da terra.

Este direito feudal, de origem indeterminada, serviu durante a Idade Média duplamente aos interesses da nobreza, proporcionando-lhe ao mesmo tempo as bases jurídicas para explorar os camponeses e para resistir aos abusos e avanços de um Estado centralizador. Foi com base neste direito que os nobres feudais ingleses obrigaram a monarquia plantageneta a reconhecer a famosa Carta Magna (1215). Posteriormente, se sua natureza não se ajustava às exigências do Absolutismo, se ajustava admiravelmente aos interesses de todas as classes proprietárias que o utilizavam como justificativa e garantia para os direitos de propriedade privada e das fran-

quias e liberdades particulares. Durante as primeiras décadas do século XVII os advogados e juristas especializados na interpretação do Direito Comum, para resistir ao avanço do Absolutismo que se utilizava dos tribunais de privilégios para governar, realizaram uma completa investigação do passado medieval para justificar o conceito e a legitimidade da Monarquia Equilibrada (isto é, da autoridade distribuída em partes iguais entre o rei e a Assembléia representativa da nação). Dessa investigação do passado se originou a crença, naturalmente falsa, do jugo normando em oposição à Comunidade livre dos anglosaxões. Segundo esta crença, os anglosaxões tinham vivido como cidadãos livres e iguais, desfrutando de um governo autônomo por meio de instituições representativas até a chegada dos normandos em 1066, os quais destruíram essas liberdades e introduziram a tirania. A grande proeza dos juristas ingleses foi a de terem transformado o Direito Comum de natureza feudal numa espécie de Direito Natural, dando-lhe um caráter liberal, plenamente ajustado às necessidades da propriedade burguesa e capitalista. Ora, também o puritanismo buscava no passado o modelo de uma Igreja pura, primitiva, para criticar a Igreja Anglicana vista como uma instituição corrupta e deformada. De sorte que, enquanto a ideologia da revolução francesa dirigia-se para o futuro, a ideologia da revolução inglesa voltava-se para o passado, idealizado como uma verdadeira idade de ouro. Se este fato não diminui o caráter revolucionário desta ideologia, mostra, contudo, a sua natureza restrita,

não universal, impossível de ser exportada.

Finalmente, a terceira componente intelectual da revolução foi a ideologia do “país” em oposição à da “Corte” — *court versus country* —, segundo a qual o país era virtuoso, a corte depravada, o país defensor dos velhos hábitos e liberdades, a Corte de novidades administrativas e práticas tirânicas, o país puritano, a corte inclinada ao papismo, etc. De acordo com L. Stone: “esta oposição entre *court-country* expressava a existência de uma profunda brecha entre duas culturas, uma representada pela grande massa da nação e outra por uma minoria cortesã. Esta cisão foi simbolizada pela aparição de mitos e ideologias claramente antagônicas: obediência versus consciência; Direito Divino versus Constituição Equilibrada; beleza do culto versus austeridade puritana. Corte versus país”.

Portanto, quando Carlos I subiu ao trono em 1625, a Inglaterra vivia uma situação geral, um clima ideológico e uma correlação de forças nitidamente desfavorável a toda tentativa de se implantar no país um programa político de caráter absolutista. Mas foi exatamente o que o rei se empenhou em fazer. Já em 1628 sua política de imposição de empréstimos forçados, encarcerando arbitrariamente os que se recusavam a pagar, levou o Parlamento a aprovar a famosa *Petição de Direitos* que declarava a fixação de taxas sem o seu consentimento e a prisão arbitrária, atos ilegais. Frente a este rompimento declarado do Parlamento, o rei passou à ofensiva, respondendo com a sua dissolução em 1629 e com uma política de

poder pessoal baseada apenas nas prerrogativas da monarquia. Durante onze anos consecutivos (1629-40), com base nesta política, conhecida pelo nome de *Thorough system* (política global), Carlos I com a ajuda de dois enérgicos ministros, o arcebispo Laud e de Thomas Wentworth, conde de Strafford, procurou criar os instrumentos de que o poder monárquico carecia para controlar as forças econômicas, sociais e religiosas cujo desenvolvimento e direção caminhavam em sentido contrário aos interesses do Absolutismo. O resultado desta política terminou num desastre completo e permitiu que todas as forças de oposição se unissem contra o rei.

Para controlar a vida econômica e obter os recursos financeiros necessários a seu programa, isto é, capazes de sustentar uma máquina de Estado ampliada e sem passar pelo Parlamento, o rei recorreu a todos os expedientes possíveis, de caráter feudal e neofeudal, restaurando taxas e tributos, multiplicando monopólios, impondo multas, regulamentações de toda ordem e vendendo ofícios. Um destes impostos, o *ship money* (imposto tradicional pago pelas cidades portuárias para a defesa e equipamento da marinha real), foi transformado num tributo nacional anual. Sua aplicação causou uma verdadeira onda de descontentamento nacional entre todas as classes proprietárias. E a recusa, em 1637, de um dos líderes do Parlamento, John Hampden, de pagar o *ship money*, sendo por isso julgado e condenado, acabou se transformando no início de uma revolta geral em 1639-40 contra o pagamento desta taxa.

Para pôr um freio à mobilidade social existente, que expulsava os camponeses das terras e diluía os quadros tradicionais da nobreza, Carlos I proibiu os cercamentos de terras (*enclosures*) e restringiu a venda de títulos; expulsou a *gentry* da Corte, fortaleceu os privilégios dos pares e reforçou a hierarquia das classes, fixando suas funções, acesso à Corte e outros órgãos de poder. Estas medidas, insuficientes para atrair as simpatias dos camponeses para o lado da monarquia, foram suficientes para descontentar a maioria da *gentry*.

Para recuperar o poder e o prestígio da Igreja Anglicana, dotando-a de condições econômicas, de disciplina e vigor moral, o arcebispo Laud procedeu, de um lado, à revisão do valor dos dízimos e à recuperação dos bens territoriais da Igreja, e, de outro, a uma reorganização da hierarquia do clero e à fixação de um ritual solene para as cerimônias e outros cultos religiosos. Com isto escandalizou os puritanos.

Com uma política externa de aliança com a Espanha, de não envolvimento na guerra dos Trinta Anos ao lado dos protestantes, de aproximação com o Papado (sua esposa francesa era católica), escandalizou a nação que passou a considerá-lo cada vez mais como papista. Por outro lado, sua política de colonização da Irlanda, realizada com eficiência e brutalidade pelo conde de Strafford, contrariava os interesses da burguesia londrinense, já que sua finalidade era a de implantar naquela ilha um regime autoritário e feudal e constituir um exército poderoso. Para muitos ingleses o que se passava na Ir-

landa era o prelúdio de uma situação semelhante na Inglaterra.

Finalmente, Carlos I utilizou-se dos Tribunais de privilégio (Câmara Estrelada, Conselho do Norte e de Gales, Corte de Alta Comissão) e do Conselho Privado, ou seja, das prerrogativas monárquicas, para reprimir, processar e encarcerar todos aqueles que lhe faziam oposição, ou resistiam a seus atos. Alguns destes processos, movidos contra figuras ilustres, de prestígio entre a oposição, seguidos de penas com aplicação de torturas (Prynne teve as orelhas cortadas por causa de um panfleto, *Lilburne* — futuro líder dos Niveladores — foi espancado por ter distribuído literatura ilegal e Eliot, um dos chefes parlamentares em 1629, morreu encarcerado na Torre de Londres) criaram muitos mártires para a causa oposicionista.

Nos últimos anos de 1630, a política absolutista de Carlos I tinha conduzido a nação a um beco sem saída. A revolta política crescente, somava-se, para agravá-la, uma crise econômica (geral a toda a Europa) responsável, a partir de 1620, pela retração no comércio de exportação e na manufatura de tecidos. Estas dificuldades prosseguiram por toda a década seguinte e agravaram a situação financeira da Monarquia. O desenlace sobreveio em 1638, quando Carlos I e o arcebispo Laud, ao procurarem estender à Escócia presbiteriana o Anglicanismo (ameaçando a nobreza escocesa com a tentativa de recuperar as terras secularizadas da Igreja), provocaram entre o clero presbiteriano e a nobreza uma revolta em gran-

de escala contra a Inglaterra. À formação do *Covenant* (pacto religioso-militar) seguiu-se a invasão escocesa da Inglaterra em 1639. Ora, a Inglaterra carecia de forças militares suficientes para enfrentar o poderoso e disciplinado exército escocês (a nobreza escocesa, ao contrário da inglesa, não tinha sido desmilitarizada). Mas a Inglaterra carecia também de vontade política para enfrentar os escoceses. Ninguém saiu em socorro do rei.

Falido economicamente, com o exército presbiteriano escocês estacionado no país, exigindo resgate para se retirar, e com a burguesia em greve, recusando-se a pagar o *ship money*, Carlos I estava completamente batido e isolado. Sem outra alternativa, convocou o Parlamento, mas quando viu que não podia negociar um acordo com os Comuns sem fazer pesadas concessões em suas prerrogativas, dissolveu-o (daí o nome de "Curto" dado a este Parlamento). A seguir, reuniu um Grande Conselho da nobreza do reino para assessorá-lo frente à crise existente. E os nobres aconselharam-no a convocar novamente o Parlamento. Quando em 1640 o Longo Parlamento entrou em funcionamento, a grande rebelião parlamentar contra o Absolutismo ia começar.

Antes de prosseguir com os acontecimentos, cabe lembrar que se a política absolutista executada por Carlos I fracassava na Inglaterra, no continente acontecia exatamente o contrário. E enquanto na Inglaterra aparecia como aquilo que de fato ela era: reacionária e bloqueadora das novas forças econômicas e sociais, no continente revestia-se, escondendo

sua verdadeira natureza, de um caráter “progressista”. Pois na Europa, ao se sobrepor às forças anárquicas da nobreza (para discipliná-las), ao esmagar as revoltas camponesas que neste momento estavam assolando o continente, ao submeter as cidades, a burguesia e as corporações de ofícios à sua autoridade e controle, o Absolutismo parecia realizar uma tarefa progressista. Ora, na Inglaterra não havia um campesinato em revolta a ser esmagado, não havia uma nobreza militar a ser disciplinada, não havia forças autônomas e centrífugas a serem subjugadas que justificassem o Absolutismo. Ao mesmo tempo, as novas forças econômicas e sociais já tinham avançado o suficiente para poderem resistir (e enfrentar com êxito) às exigências reacionárias do Absolutismo. A vitória deste na Inglaterra teria significado, sem nenhuma dúvida, a vitória das forças feudais ainda vivas e poderosas, sobretudo nas regiões mais atrasadas do país. Deve ser lembrado também que, ao contrário do que pensam os historiadores liberais (que partem sempre do suposto de que nenhuma revolução é inevitável), o enfrentamento entre as forças feudais, representadas pelo Absolutismo, e as forças progressistas, representadas pelo Parlamento, não se deveu à inabilidade de Carlos I, mas ao fato de que as primeiras eram ainda insuficientemente fortes para lutarem pela manutenção dos privilégios e as segundas para não serem bloqueadas sem luta. A ironia nisto tudo é que, enquanto a política de Carlos I parecia progressista e era reacionária, a ideologia da oposição parecia rea-

cionária e era progressista.

A Grande Rebelião: 1640-1642

Com a convocação do Parlamento Longo, em novembro de 1640 (assim chamado porque durou ininterruptamente até 1653, quando foi dissolvido por Cromwell), a iniciativa política passava às mãos da oposição parlamentar, centrada na Câmara dos Comuns. Contando com uma grande maioria de deputados, com uma liderança experiente (Pym, Hampden e outros) e com uma unidade de pontos de vista contra a Coroa, a oposição estava decidida a conquistar (no terreno constitucional) para o Parlamento a soberania política. Sua primeira providência, nesse sentido, foi impugnar os ministros Strafford e Laud, executores do *thorough system* (a seguir, o primeiro, acusado de traição, foi executado e o segundo mantido encarcerado). O Parlamento aboliu os principais instrumentos do poder monárquico, os tribunais de privilégio ou Cortes de prerrogativas (Câmara Estrelada, Corte de Alta Comissão e Conselho do Norte e de Gales) de mais de 150 anos de existência. Também aboliu o *ship money* e todos os outros impostos e taxas utilizados pelo rei nos onze anos de governo pessoal e não votados pelo Parlamento. E, para assegurar sua própria independência como poder, o Parlamento aprovou dois atos: o *Triennial Act*, que tornava automática a convocação do Parlamento se a monarquia não o fizesse no prazo de

três anos, e o *Ato Contra a Dissolução do Longo Parlamento Sem Seu Próprio Consenso*. Com todas estas medidas a oposição realizava uma revolução político-constitucional cuja preparação vinha sendo elaborada há décadas. Enquanto Carlos I não teve forças para reagir a esta revolução que o despojava de toda a autoridade e enquanto a oposição manteve sua unidade, a luta entre os dois poderes (Monarquia e Parlamento) não transbordou do terreno constitucional. E era isso que a maioria parlamentar desejava. Mas o radicalismo puritano forneceu a pólvora e a revolta da Irlanda (em outubro/novembro de 1641) o estopim que fez explodir a unidade da oposição. Com a divisão, o rei, até então isolado, ganhou as forças para contra-atacar e a guerra civil tornou-se irremediável.

A revolta católica da Irlanda criava para o Parlamento (unânime na vontade de manter aquele país como colônia) um problema extremamente delicado. Quem iria comandar o exército para esmagar a rebelião e reconquistar a Irlanda? Legalmente o comandante das forças armadas era o rei. Ora, se o Parlamento lhe confiasse o exército, punha em risco a vitória recém-conquistada sobre a monarquia. Carlos I, procurando explorar a situação, não abriu mão do direito de comandar o exército.

Por outro lado, com o colapso do governo absolutista, as seitas puritanas radicais tinham emergido da clandestinidade: "as discussões e pregações das seitas não se limitavam aos assuntos puramente religiosos e reuniam grandes auditórios. As assembléias

religiosas (congregações) desempenharam na Londres revolucionária o mesmo papel que estavam destinados a desempenhar os clubes políticos na Paris revolucionária" (Christopher Hill). Desde 1641 que o governo de Londres estava nas mãos da oposição puritana e parlamentar.

Pym e outros líderes dos Comuns estavam dispostos a aceitar o apoio popular da capital para derrotar definitivamente Carlos I. Para obrigá-lo a capitular fizeram aprovar um documento à nação, a *Grand Remonstrance* (Solene Advertência), que continha violentas acusações a Carlos I. Assustados com a agitação popular de Londres, muitos deputados votaram contra a Solene Advertência, aprovada por apenas 11 votos de diferença (novembro de 1641). A unanimidade da oposição chegava ao fim. Animado com a divisão do Parlamento, Carlos I imediatamente contra-atacou. Com um grupo armado, invadiu a Câmara dos Comuns para prender Pym, Hampden e outros três líderes da oposição. Avisados a tempo, os cinco se refugiaram na capital. Com este insucesso e tendo perdido o controle sobre Londres, Carlos I retirou-se para o Norte. Lá reuniu um exército de realistas e preparou-se para a guerra civil.

A Guerra Civil: 1642-1648

Do ponto de vista religioso é bastante evidente e nítida a divisão que separou os ingleses, durante a

guerra civil, entre partidários da causa realista e da causa parlamentar. Praticamente todos os anglicanos e católicos ficaram do lado da monarquia e todos os puritanos moderados (presbiterianos) e radicais (as seitas) do lado do Parlamento. Mas do ponto de vista social a divisão apresenta-se obscura e complicada. Isto porque os integrantes de um e de outro bando pertenciam basicamente às mesmas classes sociais, à *gentry*, à alta nobreza (aristocracia) e à burguesia e todas as três eram classes proprietárias, economicamente dominantes. As classes exploradas ou populares, ou ficaram praticamente fora do conflito, como o campesinato (os *yeomen* naturalmente apoiaram o Parlamento), ou, quando dele participaram, como os artesãos e jornaleiros, ao lado do Parlamento, estiveram longe de representar o mesmo papel, a mesma importância política que os *sans-culottes* na revolução francesa (isto não significa que sua participação não tenha sido intensa e mesmo decisiva em alguns momentos). Daí decorre o caráter menos radical, mais limitado, da revolução inglesa, se comparada à francesa. E também a controvérsia que opõe os historiadores não marxistas da revolução inglesa aos marxistas. Os primeiros negam (ao contrário dos segundos) que a guerra civil tenha tido um caráter de luta de classes. Para eles a guerra civil foi um conflito basicamente de natureza política (constitucional) e religiosa (ideológica) entre as mesmas classes dominantes. Isto porque, sempre segundo estes historiadores, em primeiro lugar não havia diferenças sociais significativas entre deputados realistas

e parlamentares e tanto nas regiões economicamente mais atrasadas do país (Norte e Oeste) quanto nas mais avançadas (Sul e Leste) encontravam-se, igualmente, entre as mesmas classes, partidários de um e de outro lado. Em segundo lugar, a burguesia não só não foi a classe motora da revolução, como estava dividida entre os que apoiavam o rei (oligarquias ou patriciados das cidades) e os que por motivos sobretudo religiosos (burguesia manufatureira) deram seu apoio ao Parlamento. Em terceiro, a divisão não se dava em termos de assalariados contra patrões ou de pobres contra ricos (dada a passividade das massas rurais e dos pobres das cidades). Em suma, nenhuma das classes teria se colocado inteiramente de um ou outro lado (à exceção dos artesãos e jornaleiros, mas sua importância foi limitada). A todos estes argumentos, o mais importante dos historiadores marxistas da revolução inglesa (e sobre quem recai a crítica dos adversários), Christopher Hill, responde que: “não se podem encontrar divisões sociais fundamentais numa Assembléia tradicional como a Câmara dos Comuns, destinada a representar a classe proprietária e escolhida segundo um sistema eleitoral que não mudava há dois séculos. As verdadeiras divisões existiam fora do Parlamento e sua natureza social é difícil de ser negada. As regiões partidárias do Parlamento eram o Sul e o Leste, economicamente avançadas; a força dos realistas residia no Norte e no Oeste, ainda semifeudais. Todas as grandes cidades eram ‘parlamentares’; freqüentemente, contudo, suas oligarquias privilegiadas sustentaram o rei... Só

uma ou duas cidades episcopais, Oxford e Chester, eram realistas. Os portos eram todos pelo Parlamento... A marinha manteve-se solidamente do lado parlamentar... A mesma divisão encontramos no interior dos condados... os setores industriais eram pelo Parlamento, mas os agrícolas pelo rei". Em suma, as regiões e os homens ainda predominantemente feudais estavam com o rei e aquelas regiões em que o capitalismo predominava estavam com o Parlamento. Ora, sendo assim, parece difícil negar à guerra civil o caráter de uma luta de classes, ainda que tenha sido uma luta entre frações diferentes das mesmas classes. Quanto ao papel da burguesia na revolução cabe dizer que, de fato, a burguesia não foi a classe motora da revolução. Essa é inclusive a razão que explica, posteriormente, o caráter pouco burguês e predominantemente senhorial da sociedade inglesa até o século XIX. Contudo, se é possível sustentar que a revolução inglesa do século XVII não foi uma revolução de caráter burguês, é impossível negar que foi uma revolução de caráter capitalista. Daí decorre a sua natureza ambígua e a polêmica que suscita até hoje entre os historiadores.

Na guerra, a relação de forças era substancialmente favorável à causa parlamentar, dada sua superioridade de recursos econômicos, humanos e estratégicos (marinha e portos). Mas até 1644-45 as forças parlamentares não souberam explorar esta superioridade, pois procuraram enfrentar os realistas — melhor preparados e organizados militarmente, dispostos de uma poderosa cavalaria de nobres (daí o

nome de cavaleiros, pelo qual eram conhecidos os realistas) — utilizando-se apenas das milícias tradicionais dos condados e seus respectivos aparelhos financeiro e administrativo. Por isso, a iniciativa das ações esteve com os realistas, os quais não conseguiram, contudo, obter nenhuma vitória decisiva. Não conseguiram, apesar das tentativas, tomar Londres, coração dos inimigos. Por outro lado, no plano da luta parlamentar, isto é, estritamente política, deve ser lembrado que, com a guerra civil, aproximadamente 236 deputados do Parlamento, entre os 507 existentes, estavam em maior ou menor grau comprometidos com os realistas. O que demonstra que, quando a luta entre o Parlamento e a Monarquia se tornou irreduzível (o que significava a vitória de um dos lados, com todas as implicações daí decorrentes), todos aqueles que haviam votado apenas contra o *thorough system* de Carlos I voltaram atrás e passaram a apoiar o rei.

Do lado das forças parlamentares (cujos combatentes eram pejorativamente chamados de Cabeças Redondas pelos realistas; os puritanos usavam o cabelo curto e os nobres comprido), durante a guerra, formaram-se dois partidos, o dos Independentes e o dos Presbiterianos. Esta divisão era ao mesmo tempo de natureza religiosa e política. Os presbiterianos, que tinham maioria no Parlamento, eram no plano religioso partidários de uma Igreja oficial, nacional, dirigida pelos colégios locais (presbitérios), mas submetida ao controle dos leigos, isto é, do Parlamento. Em suma, eram puritanos moderados, inimigos tan-



Exército parlamentar inglês.

to do Anglicanismo (visto como uma espécie de catolicismo) quanto dos puritanos radicais, organizados nas seitas independentes e que pregavam a liberdade e a tolerância religiosa e sua completa separação do Estado. No plano político, os presbiterianos eram conservadores, realistas constitucionais, partidários da paz com compromisso com os realistas. Já os independentes eram, no plano político, partidários da guerra até a vitória. Por detrás destas divergências religiosas e políticas entre presbiterianos e independentes manifestavam-se diferenças sociais acentuadas. Os presbiterianos representavam a burguesia urbana e a aristocracia rural, ao passo que os independentes representavam a *gentry*, os *yeomen* e a burguesia manufatureira e livre-cambista.

Para enfrentar os realistas, presbiterianos e independentes procuraram a aliança com os escoceses do *Covenant*, cujo exército era poderoso. O partido presbiteriano inglês estava pronto a aceitar o preço da ajuda escocesa: o estabelecimento de uma Igreja oficial idêntica à escocesa e perseguidora das seitas radicais. Ora, quando em 1644 o exército do Parlamento, ajudado pelo da Escócia, derrotou os realistas, na batalha de Marston Moor, mudando o curso da guerra em favor do Parlamento (o Norte do país caiu sob seu controle), quem desempenhou um papel decisivo na luta foi a cavalaria dos Independentes, liderada pelo deputado Oliver Cromwell. O exército chefiado por Cromwell (conhecido pelo nome de *Iron Side*, ou Costelas de Ferro) tinha uma estrutura revolucionária e democrática. Isto porque,

de um lado, seus membros, todos voluntários, eram recrutados principalmente entre os pequenos e médios proprietários rurais de tendências puritanas radicais e, de outro, o critério de promoção se baseava exclusivamente no mérito, no talento e eficiência militar dos soldados, sem levar em conta o nascimento, a condição social ou as concepções políticas e religiosas. Cromwell estimulava as discussões religiosas entre os soldados a fim de que todos tivessem “as raízes da questão”, isto é, a convicção da causa pela qual lutavam: “prefiro ter um capitão simples e rústico, que saiba por que luta e ame aquilo que sabe, do que um daqueles a quem chamais gentil-homem e que não passa disso”.

Este novo exército (democrático e revolucionário), *New Model Army*, era visto com desconfiança pelo partido presbiteriano, cujos chefes militares eram escolhidos dentro do Parlamento por critérios aristocráticos (nascimento, condição social, etc.). Os presbiterianos temiam o avanço democrático, e, sempre buscando um compromisso com o rei, não tinham pressa em ganhar a guerra. Ou melhor, não desejavam uma vitória absoluta, não queriam levar a guerra até suas últimas conseqüências: “Se derrotarmos o rei noventa e nove vezes, ele continuará contudo a ser o rei”, afirmou o conde de Manchester, general de Cromwell. “Senhor”, respondeu-lhe Cromwell, “se assim é, por que é que pegamos em armas?” Durante todo o curso da guerra, até a execução do rei em 1649, os presbiterianos procuraram incessantemente um compromisso com o rei. Este,

por sua vez, estava sempre pronto a entabular negociações, mas recusava-se a fazer as concessões que teriam permitido o acordo.

Mas os primeiros sucessos militares do *New Model Army*, imbatível no campo de batalha, e a própria lógica dos acontecimentos que exigiam uma definição da luta (a demora em encerrar a guerra aumentava seus custos e irritava os contribuintes que a sustentavam) forçaram os resultados: “chegou a hora de falar, ou de calar a boca para sempre”, disse Cromwell no Parlamento. De sorte que os líderes presbiterianos do Parlamento foram obrigados a aceitar a reorganização e a unificação de todas as forças militares nos moldes do *New Model Army*. Em 1645, o Parlamento aprovou o Ato de Abnegação (*Self Denying Act*) pelo qual renunciava ao comando do exército, entregando-o aos militares, aos generais. Sob a pressão dos acontecimentos, também o velho sistema estatal foi parcialmente destruído e modificado. Nos condados foram surgindo comitês revolucionários, ao lado da tradicional administração local (juizes de paz), os quais foram organizados, centralizados e submetidos ao controle geral dos grandes Comitês do Parlamento, que realmente conduziam a guerra civil (o Comitê de ambos os reinos e o comitê para o empréstimo de dinheiro).

Graças a estas medidas, militares e políticas, impostas pelo partido independente, “da guerra até a vitória” o exército realista foi definitivamente derrotado em 1645 na batalha de Naseby.

Com a vitória militar sobre os realistas criava-se

uma nova situação política: de um lado, saía de cena o perigo representado pelo Absolutismo, e, de outro, entrava em seu lugar uma nova força: o *New Model Army* e em sua esteira um novo partido, os niveladores (*Levellers*), partido democrático que se formou em Londres em 1646. A derrota do inimigo comum acirrou, entre presbiterianos e independentes, a luta pelo poder. Enquanto os primeiros continuavam a controlar o Parlamento onde tinham maioria, os segundos tinham o controle do exército. Estes dois poderes coexistiam como poderes rivais. Os presbiterianos, visando assumir o controle da situação, entraram em negociações com o rei prisioneiro (Carlos I tinha-se rendido em 1646 aos escoceses, que o negociaram com o Parlamento). Para se livrarem do exército revolucionário, sem pagar os salários dos soldados, procuraram desmobilizar alguns regimentos e enviar os restantes à Irlanda. O plano fracassou porque o exército, insuflado pelos niveladores, que tinham penetrado em suas fileiras, amotinou-se, recusando-se a se desmobilizar e partir para a Irlanda. "Conduzidos pela cavalaria formada pelos pequenos proprietários rurais, os soldados rasos organizaram-se, nomearam deputados de cada regimento ('agitadores') para um conselho central, empenhados em manter a solidariedade e não entram de licença até as suas exigências serem satisfeitas" (C. Hill).

Por um certo tempo (1646-47) os generais e líderes do partido independente (chamados de *Grandeos* pelos niveladores) hesitaram entre os presbiterianos

do Parlamento e os soldados do exército. Mas quando viram que os primeiros negociavam com o rei e que os segundos estavam determinados a avançar em suas reivindicações, aliaram-se a estes últimos, procurando, contudo, controlar seu programa democrático. Como resultado desta aliança entre independentes e niveladores em 1647 o rei foi retirado da prisão controlada pelo Parlamento e mantido como refém nas mãos dos independentes (para evitar que os presbiterianos chegassem a um acordo com ele nas costas do exército). Ao mesmo tempo, dentro do *New Model Army* formava-se um Conselho do Exército, no qual sentavam-se lado a lado representantes eleitos dos soldados e oficiais, com a finalidade de decidir sobre as questões políticas. Nas palavras de C. Hill: "A Inglaterra nunca mais voltou a ver um controle democrático do exército como o que existiu durante os seis meses seguintes" (junho-novembro de 1647). Os niveladores, cuja influência crescia dentro do exército, apresentaram ao Conselho reunido em Putney uma proposta de constituição, chamada de *Agreement of the People*. Neste projeto estava formulado o programa político dos niveladores: extinção da monarquia e da Câmara dos Lordes e em seu lugar a República, com a extensão dos direitos políticos (participação no Parlamento) e de voto para todos os homens livres; no plano religioso, a supressão dos dízimos e a separação completa entre Estado e Igreja, e no plano econômico queriam o livre comércio, a proteção da pequena propriedade e a reforma da lei dos devedores.

Com o exército ocupando Londres (e utilizando o rei como arma), os chefes presbiterianos afastaram-se da Câmara dos Comuns, permitindo que Cromwell e os independentes assumissem o controle da situação. Em novembro de 1647 a tentativa dos niveladores de assumir o controle do exército foi frustrada pelos generais (os *Grandeess*) e o Conselho do Exército foi dissolvido (e isto significava o fim da democracia no exército e o fim dos niveladores). Mas a fuga do rei fez recomençar a guerra civil e manteve a aliança entre independentes e niveladores. Com a nova, e desta vez definitiva, derrota do rei em 1648 (Carlos I foi capturado pelo exército), Cromwell e o exército, apoiados pelos niveladores, decidiram expurgar o Parlamento de todos os realistas (a partir deste momento o Longo Parlamento passou a ser conhecido pelo nome de *Rump Parliament*, isto é, Expurgado) e acabar com a monarquia. Em janeiro de 1649, Carlos I foi sumariamente julgado e executado como "inimigo público do bom povo desta nação". A monarquia declarada "desnecessária, opressiva e perigosa para a liberdade, segurança e interesse público do povo". A Câmara dos Lordes igualmente foi abolida, era simplesmente "inútil e perigosa". Em 19 de maio foi proclamada a República.

Ora, apesar destas medidas, os independentes, com Cromwell à frente, não estavam procurando atender às reivindicações dos niveladores, os quais, pelo contrário, foram brutalmente esmagados por Cromwell e os generais em 1649. A partir deste mo-

mento a revolução inglesa entrava em refluxo. As razões da guinada à direita dos generais independentes e da derrota dos niveladores não são difíceis de explicar. Os primeiros, uma vez alcançados seus objetivos políticos imediatos: guerra até a vitória e capitulação completa da monarquia (seu republicanismo era de contingência e não de convicção), superaram as divergências que os separavam dos presbiterianos conservadores. Seus interesses sociais coincidiam, já que ambos defendiam os direitos da propriedade e sua livre exploração. Eram, portanto, inimigos da democracia. Ireton, genro de Cromwell, resumiu a visão dos *Grandees* ao afirmar: "A liberdade não poderá ser proporcionada num sentido geral se a propriedade for preservada". E o próprio Cromwell não afirmou, ao defender a necessidade de esmagar os niveladores, que: "Não há outro modo de se lidar com estes homens a não ser partindo-os em pedaços... Se não forem partidos, eles o partirão".

Cromwell foi chamado com certa razão o Robespierre e o Napoleão da revolução inglesa. Como o primeiro, conduziu a revolução à vitória e, como o segundo, esmagou a democracia, preservando seu caráter original.

De sua parte os niveladores não tinham força econômica e consistência ideológica suficientes para impor seu programa. Representavam os interesses dos artesãos e jornaleiros urbanos e sua ideologia radical era tipicamente pequeno-burguesa e como tal contraditória. Queriam a democracia, os direitos políticos para todos os homens livres, mas sua con-

cepção de homens livres não era universal. As mulheres, e todos aqueles que não fossem proprietários de seus meios de produção e de seu próprio corpo (assalariados domésticos, pobres, etc.) ficavam de fora de sua democracia. Em 1649, quando o movimento nivelador já estava derrotado, surgiu de seu rescaldo um outro movimento ainda mais utópico e restrito, mas ao mesmo tempo mais radical e democrático, o dos *Diggers* (Cavadores) ou “verdadeiros niveladores”, cujo líder, Gerrard Winstanley, chegou à formulação de uma verdadeira sociedade comunista baseada na propriedade comum da terra. Embora derrotados, as idéias dos niveladores e dos cavadores subterraneamente continuaram vivas e seu legado reapareceu tanto na revolução francesa quanto no movimento cartista inglês do século XIX.

A República de Cromwell: 1649-1658

Embora de breve duração, o governo ditatorial de Cromwell (1649-58), que praticamente coincidiu com o período republicano na Inglaterra (1649-1660), foi importantíssimo pelas suas realizações internas e externas, as quais foram na sua essência mantidas pela Restauração. No plano interno, foram suprimidas de vez as estruturas feudais ainda vigentes, eliminando-se todos os obstáculos institucionais para o livre desenvolvimento das forças capitalistas. No plano externo, a Inglaterra consolidou sua vocação natural, de potência marítima e imperialista.

Como afirmou C. Hill, “pela primeira vez na história da Inglaterra todo o poderio do país foi colocado a serviço de uma política externa comercial e colonial agressiva. E isto deu o tom aos duzentos anos subsequentes”.

A República, não obstante todas as realizações do governo Cromwell, não sobreviveu à morte de seu fundador. Não conseguiu se afirmar porque representava apenas o poder do exército e este, para governar (obter recursos financeiros, sustentação política, etc.), precisava do apoio do Parlamento, tradicional representante político dos interesses das classes dominantes. Por isso, apesar de Ditador, Cromwell não pôde deixar de recorrer ao Parlamento. Por outro lado, enquanto o exército viveu do capital obtido com o confisco dos bens da Coroa, Igreja e realistas, sua permanência não pesou sobre os contribuintes, isto é, a classe dominante. Mas, depois que o dinheiro acabou, seu custo tornou-se elevado para os proprietários ingleses habituados a não pagarem pesados impostos (mesmo no governo dos Stuart a classe proprietária inglesa pagava muito menos impostos que suas congêneres européias). Ora, com o exército no poder, tinha não só que pagar agora impostos mais elevados, como também que aceitar uma centralização do poder que tolhia sua tradicional autonomia local.

A Restauração e a Revolução Gloriosa de 1688

Com a Restauração, o conservadorismo social e político, em aumento no país desde os anos 50, chegava ao seu termo lógico. Mas o retorno da monarquia, apesar de todo o conservadorismo que ela representava, não significou a volta ao Antigo Regime. O Absolutismo estava definitivamente derrotado na Inglaterra. Com a Restauração o país voltava à situação jurídica existente em 1642, isto é, com o Parlamento como o soberano político da nação. Mas não de todos os ingleses, pois era um Parlamento oligárquico que representava apenas os interesses das classes proprietárias, sobretudo rurais. Carlos II, o novo rei, estava privado de todos os instrumentos do poder absoluto. Embora se autodenominasse rei pela graça de Deus, por direito hereditário divino, sabia que era rei pela vontade do Parlamento. Seu filho Jaime II pretendeu desconhecer as limitações de sua posição e bastou isso para que tivesse que viajar em 1688, abandonando o trono (seu pai havia declarado que não desejava voltar a viajar).

Os grandes derrotados da Revolução foram o movimento democrático e o movimento puritano. Ambos tinham, durante a Revolução, evoluído e se alimentado juntos. O medo que suscitaram nas classes dominantes explica a Restauração e a volta ao Anglicanismo, a uma Igreja Oficial e aos dízimos. Como afirmou o religioso Richard Baxter, “a ques-

tão não é: haverá bispos ou não? Mas: haverá uma disciplina ou não?" Este ressuscitado Anglicanismo foi privado pelo Parlamento do antigo poder e teve que renunciar à pretensão de ser a única Igreja da Inglaterra. Estado e Igreja, isto é, política e religião foram separados. Contudo, e nisto se manifesta todo o caráter conservador da Restauração, só os membros da Igreja oficial tinham acesso ao poder local e central e às universidades. Os não conformistas, os dissidentes (isto é, todos quantos professassem outra religião que não a anglicana), embora oficialmente reconhecidos e tolerados, tornaram-se uma espécie de "cidadãos passivos", excluídos da vida política. Os dissidentes de convicção religiosa superficial puderam retornar ao seio do Anglicanismo, os demais entregaram suas energias ao mundo dos negócios.

Para terminar esta exposição sobre a revolução inglesa e a Restauração, citaremos mais uma vez C. Hill: "Jaime II foi afastado pela 'Gloriosa Revolução' de 1688, 'gloriosa' porque sem derramamento de sangue nem desordens sociais, sem 'anarquia', sem possibilidades de revivescências das exigências revolucionárias-democráticas.

Desde então, os historiadores ortodoxos têm feito os possíveis por acentuar a 'continuidade' da história inglesa, por minimizar as irrupções revolucionárias, por pretender que o 'interregno' (a própria palavra mostra o que eles procuram fazer) foi um acidente infeliz, que em 1660 voltamos à velha Constituição no seu desenvolvimento normal, que 1688 apenas corrigiu as aberrações de um rei demente. Ao

passo que, na realidade, o período entre 1640 e 1660 viu a destruição de um tipo de Estado e a introdução de uma nova estrutura política dentro da qual o capitalismo podia desenvolver-se livremente. Por razões táticas, a classe dominante *simulou*, em 1660, que se tratava simplesmente da restauração de velhas formas da Constituição. Porém, com essa restauração pretendiam conferir um caráter sagrado e um traço social a uma nova ordem social. O que era realmente importante era o fato de a ordem social ser nova e não poder ter sido alcançada sem revolução”.



CONCLUSÃO

Com as revoluções inglesa e francesa criaram-se todos os instrumentos institucionais (político-jurídicos) e intelectuais (ideológicos) que permitiram e garantiram à burguesia a partir do século XIX o exercício da dominação social e da hegemonia política no mundo contemporâneo (e isto de forma incontestável pelo menos até a revolução russa de 1917).

A revolução inglesa tornou possível pela primeira vez à sociedade, e dentro dela particularmente aos homens de propriedade, a conquista e o gozo da liberdade civil e política. A garantia desta liberdade (concebida como natural), destes direitos civis e políticos, era agora assegurada pelos próprios indivíduos (transformados em cidadãos) e não mais por uma autoridade monárquica de origem divina ou humana. A teoria da liberdade civil e política foi formulada por J. Locke, o primeiro grande filósofo do

liberalismo, na segunda metade do século XVII, com base nos resultados decorrentes da Revolução de 1640 e 1688.

Com a revolução francesa foi dado um passo à frente: à idéia (liberal) de liberdade civil e política, acrescentava-se a da igualdade (ou justiça) social. O aparecimento da democracia política (elaborada teoricamente, pouco antes da revolução, por J. J. Rousseau e adotada pelos jacobinos) e social (exigida e praticada pelos *sans-culottes*), se não rompia ideologicamente com o liberalismo, destruía e superava definitivamente todas as concepções político-ideológicas herdadas do passado. A frase atribuída a Mirabeau, "não é a liberdade que faz a revolução, é a igualdade", revela que a partir da revolução francesa nenhuma nova revolução (social) poderia ser possível sem este novo conteúdo. Ora, a idéia de igualdade, de democracia política e social ultrapassava as necessidades e os interesses políticos da burguesia. Por esta razão, no século XIX a burguesia passou a renunciar a toda idéia de revolução, preferindo aliar-se sempre que possível às forças do Antigo Regime.

De maneira que, se a democracia política e social tal como é hoje praticada pelos Estados (liberais democráticos) europeus e não europeus de capitalismo avançado, é reivindicada pela ideologia liberal burguesa como parte integrante de seu patrimônio, deve ser lembrado que suas conquistas não pertencem à burguesia. Foram as lutas da classe operária (às vezes secundadas pela pequena burguesia e campesinato) que a pouco e pouco obrigaram desde os

fins do século XIX os Estados liberais a se transformarem em Estados liberais e democráticos.

E, finalmente, tal como procuramos demonstrar neste livro, nem mesmo durante as revoluções inglesa e francesa foi a burguesia a classe que iniciou, conduziu e levou a bom termo a revolução e suas conquistas. No caso da inglesa, este papel coube principalmente à *gentry* secundada pelos *yeomen* e artesãos urbanos, e, no caso da francesa, à pequena burguesia, aos *sans-culottes* e aos camponeses.



INDICAÇÕES PARA LEITURA

Como bibliografia indicaremos as obras nas quais fundamentamos a elaboração deste livro. Sobre o Estado Absolutista e o Antigo Regime em geral (abarcando toda a Europa Ocidental) o primeiro volume da obra de Perry Anderson, *L'État Absolutiste* (vol. 1, *L'Europe de l'Ouest*), Paris, Maspero, 1978; sobre o Antigo Regime e o Absolutismo francês, o último capítulo do livro de Louis Althusser, *Montesquieu: la Política y la Historia*, Barcelona, Ariel, 1974; e sobre o Antigo Regime inglês e francês e respectivas revoluções a obra de Barrington Moore Jr., *Los Orígenes Sociales de la Democracia y de la Dictadura*, Barcelona, Ed. Península, 1973.

Para a Revolução Francesa, os dois livros de Albert Soboul, a pequena síntese *La Révolution Française* da coleção "Que sais-je?" (nº 142), Paris, 1970 (traduzido para o português pela Ed. Difel) e o

mais extenso *Histoire de la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1962 (traduzido pela ed. Zahar). Também sobre a Revolução Francesa o livro de Eric J. Hobsbawm, *A Era das Revoluções (1789-1848)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, obra que aborda também a revolução industrial, a era napoleônica, o nacionalismo e os movimentos liberais e outros temas correlatos.

Finalmente, para a Revolução Inglesa, o estudo de Lawrence Stone sobre as causas da revolução, "La revolución inglesa", in *Revoluciones y Rebeliones de la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1978; e os seguintes trabalhos do historiador Christopher Hill: *A Revolução Inglesa de 1640*, Lisboa, Editorial Presença, 1977; *The Century of Revolution (1603-1714)*, London, Cardinal, 1974 e "La Révolution Anglaise du XVIIème Siècle", in *Revue Historique* 221 (1959).



Sobre o Autor

Bacharel em História pelo Departamento de História da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo (1973). Pós-graduado em Sociologia pela Unicamp (1975-76). Foi professor de História do Brasil na Universidade Júlio de Mesquita (Unesp), campus de Assis em 1978-79. Escreveu o capítulo "A Revolução Constituinte do Porto" do livro *Brasil-História* (texto e consulta), vol. 2, de autoria de Antonio Mendes Jr., Luis Roncari, Ricardo Maranhão, publicado por esta Editora. Atualmente é professor de História do Colégio Sagarana.





tudo é história

TUDO É HISTÓRIA é uma coleção sem linha. Ou melhor, fora da linha tradicional. Não se preocupa com a unidade das interpretações, promove e defende a polêmica.

Demonstra que a história se faz com as peças do cotidiano e que por isso enfim **TUDO É HISTÓRIA**.

Quer ser lida por alunos e professores e por todos aqueles que longe dos bancos ou cátedras escolares gostam, fazem ou querem fazer a história.

TUDO É HISTÓRIA faz suas as palavras de alguns notáveis historiadores: a história — filha de tempo — é um contínuo refazer!

NO PRELO:

OS QUILOMBOS — Clóvis Moura

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO — Sueli Robles de Queiro.

O CORONELISMO — Maria de Lourdes Janotti

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL — Antonio Mendes Jr.